

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS
RELAÇÕES PÚBLICAS

CAMILA MIERES KLETTNER
**O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NA INDÚSTRIA DA MODA:
CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O COMBATE POR MEIO DA COMUNICAÇÃO**

Porto Alegre
2023

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

CAMILA MIERES KLETTNER

**TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NA INDÚSTRIA DA MODA: CAMINHOS
POSSÍVEIS DE COMBATE ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO**

Porto Alegre 2023

CAMILA MIERES KLETTNER

**TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NA INDÚSTRIA DA MODA:
CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O COMBATE POR MEIO DA COMUNICAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Públicas pela Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Porto Alegre, 29 de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Camila Kieling (Avaliadora 1)

Francielle Falavigna (Avaliadora 2)

Cláudia Bromirsky Trindade (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade, por disponibilizar tantos profissionais, livros e estrutura que foram fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico, profissional e a construção desse trabalho.

À Famecos e todos os professores e equipe técnica que passaram comigo esse período tão importante da minha vida. Lembro que lá no começo, senti o frio na barriga por começar uma fase nova. Ser bem recebida e acolhida por todos fez, sem dúvidas, a diferença. Hoje, posso dizer que entendo o orgulho que via no ex-alunos da Escola, pois hoje sinto a mesma alegria em poder dizer que faço parte da Famecos. Também, aos meus colegas do Hub, que acompanharam de perto minhas angústias e desafios, mas que também vibraram comigo nos momentos de alegria.

Aos meus professores, que sempre me incentivaram a melhorar e ensinaram com tanto carinho sobre essa profissão linda que escolhi: obrigada! Vocês são inspiração. Um agradecimento especial às professoras Denise Pagnussatt, que me acompanhou desde o primeiro semestre da graduação e que tanto me ensina profissionalmente. Dê, obrigada pela acolhida, carinho e dedicação; E obrigada Camila Kieling, não somente pelos ensinamentos, mas também pela parceria em promover a Semana Fashion Revolution, na PUCRS.

À minha querida orientadora, Cláudia Trindade: obrigada! Minha “véinha”, ser tua aluna e orientanda foi uma das coisas mais incríveis que aconteceram ao longo da minha graduação. Obrigada por todo o carinho que sempre tiveste comigo, por levar tão a sério a missão como educadora, ensinando com amor, carinho e dedicação. Obrigada por confiar em mim e no meu potencial, isso foi decisivo para que eu tivesse ainda mais certeza de que quero trilhar o caminho acadêmico. Que lindo poder dividir esse momento contigo e que orgulho poder te chamar de orientadora! Obrigada.

Meus sinceros agradecimentos aos entrevistados, André Salata, Eduardo Matos, Maria da Silva, Nelsa Nespolo e Thomaz Bergman, por terem disponibilizado de tempo para me ajudar a construir este trabalho. A contribuição de cada um de vocês foi essencial para que eu pudesse, ainda que minimamente, ampliar o debate sobre os descaminhos da Moda.

Agradecer à Deus, que é a minha base e sustento. Em muitos momentos, diante do cansaço, incertezas, insegurança e medos, foi com Ele que desabafei e foi dEle que extraí todas as forças necessárias para seguir acreditando em mim, no meu trabalho e objetivos.

Aos meus pais, Adriana e Clovis, que sempre estiveram ao meu lado, em todos os momentos. Sem eles esse TCC não seria possível, tampouco minha jornada acadêmica até aqui. Obrigada por vocês me ajudarem, incansavelmente, a alcançar os meus objetivos e realizar os meus sonhos. Se hoje esse trabalho é para buscar formas possíveis de melhorar o mundo, é porque vocês me ensinaram a ser alguém que ama e respeita os demais.

Às minhas avós, Helena e Tereza, que sempre foram meu porto seguro, alegria e aconchego. Todo o amor que sempre recebi de vocês, os cuidados e a torcida foram o que me tornaram quem eu sou hoje. Vocês duas me ensinam, cada uma a sua maneira, a ser mais forte, corajosa e amorosa. A acreditar em mim, no meu potencial e ter a certeza de que posso, sim, ser e fazer tudo o que eu quiser.

Aos meus avôs, Ernesto e Paulo. Eu poderia começar dizendo "onde quer que vocês estejam agora", mas a verdade é que sei que estão aqui comigo. Estão em cada ensinamento e exemplo que me deixaram. Estão no legado que construíram lindamente aqui na Terra. Deus sabe o quanto eu queria abraçar cada um de vocês nesse momento, mas como ainda não podemos, sintam daí o meu amor e minha gratidão. Vocês me inspiraram a seguir meus sonhos.

Aos meus tios, Fabiana, Jefferson, Luciana e Vanessa, aos meus tios do coração, Arthur, Heitor e Lidiane e à minha prima/irmã, Eduarda: obrigada! Cada um de vocês contribuiu para esse momento, não só academicamente, mas vocês foram o incentivo e amor para a minha construção como indivíduo.

Aos meus amigos: vocês são incríveis! Obrigada pela paciência e compreensão ao longo da minha jornada acadêmica. Principalmente, durante o TCC e o meu longo sumiço. Pelo incentivo de vocês a cada momento que eu me sentia cansada, pelas risadas e momentos de descontração, para que eu pudesse renovar minhas energias.

Por último, e poderia dizer que não menos importante, agradecer a mim mesma. Em especial, àquela Mila lá do passado que passou por tantos desafios e enfrentou tantas batalhas, externas e internas, para que hoje eu pudesse sorrir e me

orgulhar de quem eu sou. Com certeza, me tornei quem eu gostaria de ser quando era criança.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre foram meu suporte e os responsáveis por eu ser quem sou hoje. Aos meus avós, que são meu exemplo.

*Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito
ensinou.*

*Ensinou a amar a vida e não desistir da luta,
recomeçar na derrota, renunciar a palavras e
pensamentos negativos.*

*Acreditar nos valores humanos e ser
otimista. (Cora Coralina)*

RESUMO

Este trabalho tem como propósito apontar caminhos possíveis para o combate à escravidão contemporânea na Moda por meio da Comunicação. A Moda, aqui representada especificamente pelo vestuário, atua como um dispositivo social, político e econômico, além de pertencer a um dos setores com maior lucratividade, através da indústria têxtil. Fatores esses que nos fazem compreender a sua relevância e grandiosidade, em termos de produção e quantidade de trabalhadores envolvidos, em todo o mundo. Em contrapartida, a Moda possui, também, inúmeras denúncias a respeito do trabalho escravo moderno, além dos modelos de trabalhos decorrentes das terceirizações que não são facilmente rastreados. Nesse contexto, esse estudo busca responder a seguinte questão: de que forma a comunicação pode ser uma articuladora no combate à escravidão moderna na Indústria da Moda? Para tanto, os objetivos são: apontar caminhos possíveis para o combate à escravidão contemporânea através da Comunicação; investigar a percepção de especialistas, sobre a temática; elencar soluções conjuntas que possam ser tomadas como medidas e cuidados; e refletir o papel que a comunicação pode ocupar nesse diálogo, orientando o mercado nesse processo. Como forma de responder a problemática central da pesquisa, o estudo qualifica-se como exploratório e qualitativo, além de apresentar as três técnicas de coleta de dados usadas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista em profundidade. Para análise dos dados, optou-se pela técnica de análise de conteúdo categorial. Como resultados obtidos, foram elencadas sugestões de como a Comunicação pode ser uma agente de transformação dessa realidade, através de campanhas e educação, a exemplo de campanhas educacionais, divulgadas pelos veículos de massa, em um processo de informação a respeito de direitos fundamentais, bem como a importância da contratação de profissionais qualificados da Comunicação, como articuladores entre empresas e sociedade.

Palavras-chave: Comunicação. Moda. Trabalho. Combate à escravidão moderna. Campanhas educacionais.

RESÚMEN

Este trabajo tiene como objetivo señalar posibles caminos para combatir la esclavitud contemporánea en la Moda, a través de la Comunicación. La moda, representada aquí concretamente por la indumentaria, actúa como dispositivo social, político y económico, además de pertenecer a uno de los sectores más rentables, a través de la industria textil. Estos factores nos hacen comprender su relevancia y grandeza, en términos de producción y número de trabajadores involucrados, en todo el mundo. Por otro lado, la moda también tiene numerosas quejas sobre el trabajo esclavo moderno, además de modelos de trabajo resultantes de la subcontratación que no son fácilmente rastreables. En este contexto, este estudio busca responder a la siguiente pregunta: ¿cómo puede la comunicación ser un articulador en la lucha contra la esclavitud moderna en la Industria de la Moda? Para eso, los objetivos son: señalar posibles caminos para combatir la esclavitud contemporánea a través de la Comunicación; investigar la percepción de los profesionales sobre el tema; enumerar soluciones conjuntas que se pueden tomar como medidas y precauciones; y reflejar el papel que la comunicación puede jugar en este diálogo, guiando al mercado en este proceso. Como forma de dar respuesta al problema central de la investigación, el estudio califica como exploratorio y cualitativo, además de presentar las tres técnicas de recolección de datos utilizadas: investigación bibliográfica, investigación documental y entrevista en profundidad. Para el análisis de los datos se optó por la técnica de análisis de contenido categórico. Como resultados obtenidos, se enumeraron sugerencias sobre cómo la Comunicación puede ser un agente de transformación de esta realidad, a través de campañas y educación, tales como campañas educativas, difundidas por los medios de comunicación, en un proceso de información sobre los derechos fundamentales, así como la importancia de contratación de profesionales cualificados de la Comunicación, como articuladores entre las empresas y la sociedad.

Palabras-clave: Comunicación. Moda. Trabajo. Lucha contra la esclavitud moderna. Campañas educativas.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Operários reivindicando nas ruas de São Paulo, em 1917.....33
- Figura 2 - linha do tempo das principais leis do Brasil e momentos históricos importantes para a construção de nossa legislação.....35
- Figura 3 - Imagem de momentos após a queda do prédio Rana Plaza, em Bangladesh, 2013.....52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. TRABALHO: COMO CONCEITO E PRÁTICAS	18
2.1 O QUE CARACTERIZA O TRABALHO E SUA REPRESENTAÇÃO AO LONGO DOS SÉCULOS	18
2.2 BRASIL COLÔNIA: OLHAR O PASSADO PARA COMPREENDER O PRESENTE	24
2.3 A HISTÓRIA POR TRÁS DAS LEGISLAÇÕES	26
2.4 A SOCIEDADE DE CONSUMO E SEU IMPACTO NOS MODELOS TRABALHISTAS	34
3.MODA	40
3.1 MODA COMO FENÔMENO CULTURAL, POLÍTICO, ECONÔMICO	40
3.2 FORMAS DE TRABALHO NA MODA: COMO ACONTECEM?	45
3.3 A ESCRAVIDÃO INVISIBILIZADA DA INDÚSTRIA TÊXTIL	46
4.METODOLOGIA DA PESQUISA	49
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA	52
5.1 CONHECENDO OS RESPONDENTES.....	54
5.2 A PERCEPÇÃO DOS ESPECIALISTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM DIÁLOGO MULTIDISCIPLINAR	56
5.3 A IMPORTÂNCIA DO REFLETIR EM CONJUNTO PARA DESCOBRIR POSSÍVEIS NOVOS CAMINHOS	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE	79
ANEXO	83

1. INTRODUÇÃO

A roupa sempre foi um elemento importante para as sociedades. Antes da construção do conceito de moda, em meados do século XV, a roupa era utilizada como forma de distinção social. Ou seja, elas eram pensadas de acordo com as atividades sociais de cada indivíduo, assim elas eram determinantes para mostrar a todos as funções e posições que cada um ocupava na sociedade.

Esses papéis sociais, demonstrados através das roupas e indumentárias, serviam para indicar a classe econômica, função, relevância, poder e até mesmo a religião seguida por cada um. Tudo isso através dos tipos de tecidos, colorações e modelagens das peças, além dos acessórios. Por exemplo, na Roma Antiga, somente o imperador poderia usar a cor púrpura, uma vez que ela era extraída de algumas espécies de moluscos encontrados no Mar Mediterrâneo. Pela raridade da cor, somente o imperador poderia fazer uso dela que demonstrava poder diante de toda sociedade. (Laver, 1989)

Em contraponto, as roupas curtas indicavam que a pessoa realizava atividades que dependiam de sua força física. Isso anunciava que ela pertencia a um grupo social menos favorecido, seja como serva ou escrava. Afinal, quanto mais longas as roupas fossem ou mais camadas de tecidos possuíssem, quem as usasse não teriam condições de se movimentar e locomover com facilidade, indicando que possuíam muitos serviçais à sua disposição para efetuar diversas atividades. Além disso, vestimentas assim custavam caro. (Laver, 1989)

Embora a importância do vestuário possa parecer muito com os dias atuais, foram necessárias modificações nas estruturas político-sociais para que a Moda pudesse, de fato, existir. Alguns sociólogos, como Lipovetsky (1989), afirmam que sua existência dependia diretamente da novidade, afinal é a partir dela que as tendências podem acontecer, originando a moda.

Em outros estudos, a distinção social (Bourdieu, 1979) seria um fator determinante, afinal a moda depende da possibilidade da imitação e distinção (Tarde, 1890) e, para que isso ocorra, as pessoas devem ter a possibilidade de ascender ou descender por entre as classes sociais. A roupa não pode possuir, nesse caso, limites ou restrições: todos podem utilizar tudo o que quiserem, desde que possam adquirir. Todos esses fatores só foram possíveis nas sociedades, desde o século XV, de forma lenta e gradativa.

Inicialmente, a roupa passou a ser acessível (e aqui não em termos financeiros, mas da possibilidade de obter tal produto) durante a Idade Média. Então, como forma de frear que pessoas de classe baixa pudessem ter vestimentas inspiradas e parecidas com as utilizadas pela nobreza, foram definidas as Leis Suntuárias. Era um conjunto de regras impermanentes, que definia o que cada classe tinha a permissão de adquirir. Uma forma de evitar que a roupa deixasse de apresentar o *status* de alguém considerado importante.

No passar dos séculos, a Moda se tornou fundamental, pois é um setor que movimentava a economia de muitas maneiras: com a agricultura de fibras têxteis, a fiação, produção dos tecidos, da confecção de produtos de vestuários e mobiliários, modelagem, corte, costura. Além, é claro, de outras técnicas manuais que também se relacionam como o bordado, croché, tricô. Para cada atividade, são necessários profissionais que fazem a economia girar e crescer.

O rei Luís XIV se deu conta da relevância do sistema da moda para a economia, apropriando-se dela para promover um plano econômico que tornasse a França uma das maiores potências. E pode-se dizer que ele conseguiu atingir seu objetivo, afinal, Paris segue sendo um dos locais mais relevantes para o setor, onde são produzidas as altas-costuras. Além disso, naquele período Versailles se destacou economicamente através da estratégia utilizada pelo rei.

Conhecer, ainda que brevemente, a história da roupa e da moda, proporcionamos a capacidade de entender os dados atuais desse setor. Uma vez que a roupa passou a ter uma função mais "abstrata", de acordo com cada indivíduo e não mais com as funções sociais que cada um ocupava na sociedade (Laver, 1989), as produções de moda passaram a ser ampliadas e as demandas aumentaram com o passar dos anos, chegando a um auge no século XXI, com índices de produção de 6,55 bilhões de peças, em 2023 (IEMI).

Os lucros obtidos pelo setor também são muito altos e, por vezes, complexos de se analisar. A economia é dividida em três setores: o primário, representado pela agropecuária e atividades de extração de matéria-prima, como o algodão; o secundário, que engloba as indústrias de um modo geral; e o terciário caracterizado pela venda de serviços e bens gerais de consumo. Sendo assim, a moda está inserida diretamente em cada um dos três setores, o que nos mostra que não podemos entendê-la como sinônimo de roupas e acessórios somente, é fundamental que a

compreendamos em seu todo, percebendo a complexidade que existente nessa cadeia econômica e produtiva.

Assim, por se tratar de um setor tão relevante para a sociedade, seja num sentido micro, através das pessoas e as suas necessidades de externalizar pelas suas vestes sua personalidade, seja num sentido macro, pelo âmbito econômico e social, faz-se importante questionar as raízes de trabalho dessa categoria.

Ao nos aprofundarmos no questionamento de como essa indústria se mantém como uma das mais fortes e importantes, deparamo-nos com uma série de questões, como a falta de transparência, por parte das grandes marcas, sobre quem produz suas peças; denúncias de trabalho análogo à escravidão; tragédias que custaram a vida de muitas pessoas, como o caso da queda do prédio Rana Plaza, que matou mais de mil trabalhadores e deixou mais dois mil feridos em Bangladesh, no ano de 2013. O local era utilizado por inúmeras facções têxteis que exploravam a mão de obra das vítimas e fabricavam as peças para grandes marcas, como H&M, Zara, Primark e outras.

Se por um lado a moda existe graças ao marketing (Posner, 2010), através de uma comunicação impecável e que gera o desejo aos consumidores, por outro lado essa mesma comunicação abafa os casos de abuso e violência que ocorrem nesse setor. Há pouco tempo, por exemplo, o Rio Grande do Sul foi manchete em jornais do mundo todo através do caso de denúncia de trabalho análogo à escravidão nas vinícolas gaúchas: Aurora, Garibaldi e Salton. Porém, não se vê a mesma mídia e manchetes para os casos relacionados à moda.

A partir desse cenário, aliado à relevância de nos questionarmos sobre como são as condições laborais dos trabalhadores que produzem tudo aquilo que consumimos e somado a história de vida da pesquisadora, que atua como empreendedora em uma marca autoral e que nasceu e foi criada dentro da Indústria Têxtil (seu pai é serigrafista, sua mãe é artesã e sua avó costureira), vivenciando a prática do setor têxtil, as relações de trabalho, os processos de terceirizações e os desafios vividos pelos trabalhadores dessa área, é que geram o interesse pelo desenvolvimento do presente estudo.

Assim, a partir de tais fatores é que surge a problemática dessa pesquisa que visa questionar: de que forma a comunicação pode ser uma articuladora no combate à escravidão moderna na Indústria da Moda? Para tanto, a pesquisa possui, como objetivo principal, apontar caminhos possíveis para o combate à escravidão

contemporânea através da Comunicação. E, como objetivos específicos, investigar a percepção de especialistas, sobre a temática; elencar soluções conjuntas que possam ser tomadas como medidas e cuidados e refletir o papel que a comunicação pode ocupar nesse diálogo, orientando o mercado nesse processo.

A metodologia deste estudo é de caráter exploratório qualitativo, uma vez que a intenção é a construção de hipóteses para aprimorar ideias, através da qualidade dos conteúdos e não sua quantidade. (Gil, 2002). Foram utilizadas três técnicas de coleta de dados, que são: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista em profundidade. As duas primeiras através de obras e documentos e a segunda pelo diálogo com cinco entrevistados, sendo eles de áreas de atuação específicas: um jornalista, um advogado trabalhista, um sociólogo, uma ex-trabalhadora da indústria têxtil e uma líder de cooperativa têxtil de mulheres. Para a análise dos dados coletados, optou-se pela técnica de análise de conteúdo categorial.

Os principais autores estudados nessa pesquisa são: Aristóteles (IV a.C.), Tarde (1890), Foucault (1976), Jung (1976), Bourdieu (1979), Laver (1989), Lipovetsky (1989), Baudrillard (1995), Fausto (1996), Alencastro (1997), Arruda e Piletti (2009), Calanca (2011), Posner (2010), Barbosa (2016), Han (2020) e De Masi (2022). Bem como documentos históricos, legislação brasileira e movimentos sociais, como o Fashion Revolution e artigos.

Para o desenvolvimento do trabalho, são apresentados dois grandes capítulos teóricos, sendo eles Trabalho e Moda, respectivamente. O capítulo sobre Trabalho tem a finalidade de apresentar o conceito de trabalho ao longo dos séculos, bem como as noções de trabalho escravo desde a Grécia e Roma Antigas, passando pela Idade Média, Brasil Colônia até chegarmos nos tempos atuais, conhecidos como Sociedade de Consumo. Esses momentos históricos pontuais foram escolhidos, uma vez que, para a pesquisadora, deixam mais evidentes a complexidade dos modelos de trabalho e como, hoje, ainda vivenciamos a escravidão.

Tal linha do tempo nos permite compreender com mais clareza a sociedade que vivemos hoje, reconhecendo na História os motivos de as relações político-econômicas serem como são nos tempos atuais. Além disso, tal conhecimento, ainda que breve, possibilita refletirmos possíveis caminhos para a construção de um futuro do trabalho que garanta dignidade e condições adequadas aos trabalhadores, através de políticas e projetos de combate à escravidão contemporânea.

A Moda é abordada no segundo capítulo e tal configuração se dá por dois grandes fatores: uma vez que o conceito moda passa a existir somente a partir do fim da Idade Média; pelo fato de que, para que a Indústria Têxtil possa existir, pessoas precisam trabalhar para desenvolvê-la. Por essa lógica, a construção dos capítulos se deu nesse formato: linha do tempo histórica, trabalho, moda e consumo nos dias atuais. Também vamos abordar brevemente a sua existência e a diferença entre história do vestuário e moda. Apresentamos a Moda na sociedade como um dispositivo social, econômico e político, bem como um conceito que dialoga, também, com o indivíduo e suas camadas mais inconscientes. Por fim, ainda em tal capítulo, exploramos ações e causas já existentes para tornar a Indústria Têxtil mais ética, justa e transparente. De modo que possamos compreender como podemos, enquanto sujeitos, auxiliar para tornar essa mudança possível.

Ao considerar a relevância da presente pesquisa – não somente como caminho possível de estudos acadêmicos acerca do tema, mas pelo debate relacionado à moda versus trabalho – e ao propor impactar este campo de estudos com a geração de outras futuras investigações sobre o tema, o presente trabalho pretende observar o lado oculto da moda, considerado um dos mais complexos, uma vez que é um dos setores que mais fomenta a economia, mas que gera impactos negativos no meio ambiente e na sociedade, a partir da temática proposta nesse estudo.

Assim, joga luzes sobre as relações de trabalho neste âmbito ao evidenciar suas mazelas e discutir possibilidades para mudanças que possam garantir melhores condições, como efeito do cumprimento de direitos beneficiando os trabalhadores. Nestes termos, evoca a proteção dos direitos aos trabalhadores da moda como um compromisso de todos, não apenas como consumidores, mas como seres humanos engajados na mitigação de condições análogas à escravidão em quaisquer contextos.

2. TRABALHO: COMO CONCEITO E PRÁTICAS

Este capítulo aborda o significado do termo trabalho e suas alterações de sentido no decorrer dos séculos, as leis que garantem a dignidade do trabalhador e a manutenção de seus direitos, bem como alterações legislativas que impactam as relações de trabalho, como os vínculos de terceirização.

A partir de toda a pesquisa, que contou com estudos de dados secundários através das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental o capítulo propõe a discussão sobre a relação do trabalho terceirizado com o crescente número de casos análogos à escravidão no país. Bem como a reflexão sobre os novos formatos de trabalho na sociedade do consumo e as novas formas de exploração.

Os principais teóricos trazidos neste capítulo são Domênico De Masi (2022), Byung-Chul Han (2020), Arruda e Pilleti (2009) e Baudrillard (1990). Além da legislação da Constituição Federal (1988), Código Penal Brasileiro, Declaração Universal dos Direitos Humanos e dados do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Conatetrap).

É dividido em quatro subcapítulos, que abordam a caracterização do trabalho em sentido etimológico e político, a análise do trabalho na sociedade de consumo, as leis trabalhistas brasileira e os reflexos da Lei das Terceirizações na sociedade, a partir da Reforma Trabalhista de 2017.

2.1 O QUE CARACTERIZA O TRABALHO E SUA REPRESENTAÇÃO AO LONGO DOS SÉCULOS

O termo trabalho é sugerido pelo dicionário online Michaelis¹ como um “conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim” ou, ainda, “atividade profissional regular, remunerada ou assalariada”.

Em contraponto, ao analisar a etimologia da palavra, é possível perceber que seu significado original é outro. De acordo com o Dicionário Etimológico, o termo

¹ Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/trabalho/>. Acessado em 9 de set de 2023.

origina do latim *tripalium*, que era o nome de um instrumento de tortura, assim “originalmente, ‘trabalhar’ significava ‘ser torturado’”.²

Na Grécia Antiga, grande parte dos trabalhadores eram escravos. De acordo com Aristóteles em seu livro *A Política*, a escravidão fazia parte da natureza, uma vez que só era escravo quem não possuía atividades políticas ou relacionadas ao pensamento, através da filosofia e das artes, por exemplo.

O filósofo afirmava que o intelecto vem da alma, que por sua vez é superior ao corpo. Sendo ela considerada divina, todo aquele que utilizava do pensamento era reconhecido como superior aos que possuíam somente atributos físicos, como a força. Assim, cada uma possuía suas tarefas pré-determinadas pela natureza, existindo os que mandam e os que produzem. Conforme o trecho a seguir

O ser animado é composto, em primeiro lugar, de uma alma e de um corpo, e dessas partes, a primeira está destinada, por natureza, a comandar, e a outra a ser comandada; todavia, devemos observar a natureza nos homens que trazem a marca desta, e não naqueles em que ela está alterada ou degradada. [...] De resto, o uso dos escravos e dos animais não é muito diferente: com seu próprio corpo, ambos atendem ao serviço das necessidades da vida. A própria natureza desejou dar características distintas ao corpo dos homens livres e aos escravos. (Aristóteles, 6ed, 2007, p.61)

O conceito aristotélico de “escravidão natural” é percebido, também, no trecho “fica claro, então, que alguns homens são por natureza feitos para ser livres e outros para ser escravos, e que para estes últimos a escravidão é tanto útil quanto justa.”. (Aristóteles, p. 62)

Na Roma Antiga, tal conceito era aceito, o que faz com que as duas das maiores civilizações da História considerassem a ideia aristotélica de “escravidão natural” como algo verdadeiro e que deveria ser seguido. Assim, os escravos sejam eles comprados, sejam eles adquiridos a partir da conquista de terras ou ganho de batalhas, eram vistos como merecedores de tal condição. (De Masi, 2022)

A diferença é que Roma era uma civilização mais focada em ampliar seu mercado, sendo “mais atenta à economia e às finanças, mais aberta ao consumo vistoso” (De Masi, p. 286). Por esse motivo, a civilização romana possuía uma estrutura social verticalizada, com ordens específicas e bem definidas. Sendo os servos e os escravos a base da pirâmide social.

² Disponível em <https://www.dicionarioetimologico.com.br/trabalho/>. Acessado em 9 de set de 2023.

As funções exercidas por esses últimos eram relacionadas ao comércio, agricultura, caça, pesca, artesanato, fiação, tecelagem etc., servindo de auxiliares dos cidadãos livres (De Masi, 2022). O que é importante perceber aqui, é que mesmo que as estruturas sociais fossem diferentes da estrutura que o Brasil tem hoje, as formas de trabalhos análogos à escravidão combatidas atualmente, são na grande maioria dos casos, de trabalhadores que atuam nas mesmas áreas e de formas muito parecidas com o formato visto na Grécia e Roma Antigas³. Os formatos de trabalho atuais são abordados no subcapítulo O trabalho na sociedade de consumo.

Entre os anos 529 (a.C.) e 534 (a.C.) o imperador romano Justiniano publicou a obra *Corpus Iuris Civilis*, que, dividida em quatro partes, foi o conjunto de obras do direito romano. A segunda parte, chamada *Digesto*, organiza a jurisdição romana e explica através de seus capítulos e artigos as relações e funções das pessoas. Sendo em seu Título V, a explicação sobre a forma como a justiça deveria reconhecer os escravos e seus direitos: “em termos de direito assim se dividem as pessoas: todo homem é livre ou escravo” (Justiniano, p.31)

Embora pareça que a forma como as civilizações antigas diferenciavam as pessoas seja distinta de como as civilizações contemporâneas o façam, é importante lembrar que a justiça ocidental, ressaltando o Brasil, é baseada na jurisdição da Roma Antiga, escrita por Justiniano. Como bem explica:

Ao final constata-se que, apesar do mundo jurídico estar em constante evolução, sendo pautado pelas necessidades da sociedade, esta obra antiga e, aparentemente, ultrapassada se mostra como base do ordenamento jurídico ocidental, com regras atuais e que ainda hoje permeiam nossa civilização, tendo sofrido, em alguns casos, pequenas modificações. (Soares e Silva, 2013, p.1)

Tais civilizações geraram grandes impactos na História da Humanidade, através do desenvolvimento das Artes, Ciências, Política e diversos campos do saber. Por esse modo, seus efeitos e descobertas perduram até os dias atuais.

Avançando na História, em 476 d.C. o Império Romano do Ocidente sofre sua queda, dando início ao que conhecemos como Idade Média, que perdurou entre os

3 De acordo com a matéria do Mundo Educação, com dados de 2021. Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/trabalho-escravo-no-brasil-atual.htm>. Acesso em 14 de out de 2023.

séculos V e XV e foi marcado por batalhas e transformações nas estruturas sociais da época. (Arruda E Piletti, 2009)

No período, a Igreja Católica já possuía grande influência na política e é especificamente nesse momento que as relações sociais, políticas e trabalhistas são pautadas pelo Cristianismo. Assim sendo, uma das principais alterações que podemos ter é sobre o conceito de escravidão, que deixa de ser considerado uma condição da natureza e torna-se uma condição de pecado contra Deus, principalmente a partir dos escritos de Agostinho de Hipona, mais conhecido como Santo Agostinho. (De Masi, 2022)

Mesmo que o filósofo tenha vivido em período anterior, sua obra e pensamento se assemelham ao período medieval. Para Agostinho de Hipona, o pecado original (que poderia ser o motivo para que alguém fosse escravo) era herdado pelos primeiros pais, ou seja, pelos descendentes de Adão, a partir de sua expulsão do Éden⁴ (Durães, 2023, p.6).

O sistema político que determinou o período medieval foi o Feudalismo. Esse foi um reflexo das alterações que ocorreram: após a queda do Império Romano, as cidades sofreram com muitas invasões bárbaras (como eram chamados os povos que não seguiam a fé cristã, como os islãs ou povos politeístas, por exemplo), fazendo com que muitos migrassem para locais mais afastados, pedindo emprego e segurança em terras distantes, os chamados feudos (Arruda E Piletti, 2009).

Ainda de acordo com Arruda e Piletti (2009), tal movimento tornou essas pessoas servas dos feudos, que eram governados pelos senhores feudais. Dando origem, também, à relação de suserania e vassalagem, realizada por dois nobres em que um emprestava as terras em troca de segurança e proteção oferecidas pelo outro. Esse vínculo era de igual para igual.

E uma vez que o conceito de escravidão sofreu alterações vindas do poder da Igreja Católica na política, todos aqueles povos considerados bárbaros eram, por sua vez, pecadores. Sendo assim, muitos ao perderem batalhas tornavam-se escravos, conforme explica De Masi (2022).

4 Disponível em

https://portal.teologica.br/images/RevistaTeologica/Conteudo/Revista_Teologica_Ano_13_N14_2023.pdf#page=6. Acesso em 11 de set de 2023.

Embora a economia acontecesse, em boa parte, através das tarefas desempenhadas pelos servos, eles pagavam muito caro em troca de um pedaço de terra e segurança. Os impostos eram extremamente altos, o que impossibilitava que eles pudessem conseguir transitar entre as classes sociais. Além disso, eles compartilhavam com os escravos o lugar na base da pirâmide social, como encontramos nas obras de De Masi (2022) e Arruda e Piletti (2009).

Para as religiões baseadas no Antigo Testamento, o trabalho possui um significado mais amplo do que exercer atividades remuneradas. Tal conceito apresenta, também, uma certa simbologia de que o ser humano é capaz de dar continuidade à obra iniciada por Deus. Assim, as atividades cotidianas são, por sua vez, maneiras de trabalho em que as pessoas “tornam-se úteis aos irmãos e dão uma contribuição pessoal à realização do plano providencial de Deus na História” (De Masi, 2022, p.54).

Seguindo a relação do trabalho sob influência das religiões, o trabalho era imposto às pessoas, mas sem que elas pudessem usufruir das conquistas advindas de seus esforços. Elas seriam pecadoras se o fizessem, porque estariam dando importância ao luxo e à riqueza, enquanto o trabalho deveria ser uma forma de dar continuidade ao que Deus começou a construir (De Masi, 2022).

E a condição era determinada, afinal os trabalhadores não tinham a possibilidade de escolher trabalhar menos, se assim o quisessem. Pois nesse caso, também seriam considerados pecadores, mas por serem preguiçosos e não levarem a sério a missão de dar seguimento à obra do Senhor. Ou seja, o trabalhador era obrigado a trabalhar muito e cada vez mais, como forma de devotamento total à Deus. Porém, sem a possibilidade de desfrutar de suas conquistas materiais, além do necessário para a sobrevivência (De Masi, 2022).

Ainda que isso não fosse considerado uma forma de escravidão, é possível percebermos como as religiões puderam introduzir no inconsciente coletivo⁵, ao longo de séculos, um conceito inadequado sobre trabalho. A construção de um conceito que quase sempre obriga as pessoas a se submeterem a situações degradantes, sem

5 Conceito desenvolvido pelo psiquiatra Carl Jung, fundador da psicologia analítica. Para ele, todo o indivíduo possui uma camada em sua psique chamada de inconsciente coletivo, onde informações gerais e coletivas são armazenadas transferidas através das gerações. (Jung, 1969)

questionar, através de um discurso que gera a submissão a alguém. Nesse caso, submissão a Deus (De Masi, 2022).

E é de acordo com esse conceito de inconsciente coletivo que vamos nos debruçar ao longo desta pesquisa, que tem como um de seus objetivos compreender como a área da comunicação pode fortalecer mudanças no cenário social que vemos atualmente. Segundo Jung (1969):

Uma camada mais ou menos superficial do inconsciente é indubitavelmente pessoal. Nós a denominamos inconsciente pessoal. Este, porém, repousa sobre uma camada mais profunda, que já não tem sua origem em experiências ou aquisições pessoais, sendo inata. Esta camada mais profunda é o que chamamos inconsciente coletivo. Eu optei pelo termo "coletivo" pelo fato de o inconsciente não ser de natureza individual, mas universal; isto é, contrariamente à psique pessoal ele possui conteúdos e modos de comportamento, os quais são 'cum grano salis' os mesmos em toda parte e em todos os indivíduos. Em outras palavras, são idênticos em todos os seres humanos, constituindo, portanto, um substrato psíquico comum de natureza psíquica suprapessoal que existe em cada indivíduo. (Jung, 1969, p.15)

Os conteúdos principais que preenchem o inconsciente coletivo são relacionados a conceitos como religião, água, terra, trabalho, maternidade, por exemplo. Assuntos que sempre são tratados com relevância pelas civilizações, ainda que cada uma expresse suas crenças de acordo com seus costumes e culturas. (Jung, 1969)

Pensar como as relações de trabalho e escravidão são transferidas pelas gerações através do inconsciente coletivo é importante. Afinal, para apresentarmos os objetivos propostos nesta pesquisa precisamos voltar em torno de três mil anos no tempo, para compreender que os modelos de escravidão e trabalho servil eram aceitos desde a Grécia Antiga – até antes, mas para esta pesquisa não foi considerado relevante avaliarmos outras civilizações e épocas.

E, ao avançarmos na História através dos próximos subcapítulos, percebemos que as relações de trabalho não tiveram alterações significativas ao longo dos séculos. Foram, sim, impactadas pelos avanços industriais e tecnológicos, como vemos a seguir, mas os modelos de interação trabalhista e os motivos por trás das decisões políticas que norteiam as economias não sofreram grandes mudanças. No capítulo 3 abordamos novamente esse conceito para refletir acerca do tema.

2.2 BRASIL COLÔNIA: OLHAR O PASSADO PARA COMPREENDER O PRESENTE

No subcapítulo anterior analisamos como as relações de trabalho e como os conceitos de escravidão foram se moldando no decorrer dos séculos. Agora, vamos voltar novamente no tempo, para lembrar a linha do tempo histórica do Brasil, como se deu o desenvolvimento de sua economia e as suas relações trabalhistas.

Uma vez que a presente pesquisa possui como um de seus objetivos investigar como ocorre o trabalho análogo à escravidão na Indústria da Moda na sociedade contemporânea, com delimitação para o Brasil, faz-se necessário compreender a trajetória do país.

A história do Brasil começa a ser narrada a partir da chegada dos portugueses em 1500⁶. Foi no período do Brasil colônia que vemos a massiva vinda de senhores de engenho, da Igreja, dos missionários e principalmente dos escravos africanos. Esses últimos foram quem, de fato, construíram o país que temos hoje, uma economia e história geradas a partir do trabalho de um povo por vezes esquecido (Alencastro, 1997).

Embora a expedição portuguesa tivesse ancorado em 1500, foi somente por volta de 1530 que a Coroa decidiu mandar pessoas para se instalar no país, através das capitanias. O motivo era econômico: o reino português possuía as especiarias como um de suas maiores riquezas, porém com o avanço econômico de outros reinos, Portugal percebeu que precisava encontrar outras maneiras de gerar sua fortuna e seguir sendo um dos maiores reinos do mundo (Arruda E Piletti, 2009).

Assim, estabeleceram-se as capitanias hereditárias, a maneira que a Coroa encontrou de dividir as terras para serem colonizadas. Os donatários eram possuidores, mas não proprietários das terras, não podendo vendê-las ou doá-las. Além disso, recebiam poderes econômicos e administrativos (Fausto, 1996).

Ainda de acordo com Fausto (1996), tão logo os portugueses chegaram, a exploração do pau-brasil foi iniciada com a ajuda dos índios. Já no período da colonização, o objetivo era explorar as terras de outras maneiras, como a mineração e o cultivo de gêneros alimentícios. Para tanto, os senhores de engenho (referência para o nome atribuído aos donos das terras) precisavam de muita mão-de-obra.

⁶ Conforme a carta de Pero Vaz de Caminha para o Rei de Portugal D. Manuel I. Ela é considerada o primeiro documento escrito da história do Brasil.

Inicialmente os índios foram escravizados, o que gerou conflitos não só pela resistência deste povo em se submeter à privação de liberdade, como também por parte da Igreja

Portanto, não escravizar os índios se deu por alguns fatores: eles conheciam as terras, então estavam mais aptos a fugir e lutar do que os negros trazidos da África; muitos morreram de doenças vindas da Europa (estima-se que 60 mil índios morreram em situações epidêmicas); houve um choque de pensamentos entre os colonizadores e os padres jesuítas, que queriam civilizar os índios, através dos ensinamentos dos costumes e catequização (Fausto, 1996).

Apesar de a compra de escravos negros ser mais cara, foi a saída encontrada pelos capitães. Estima-se que entre o século V e XIX foram trazidos 5 milhões de africanos e que em meados do século XIX havia "a maior concentração urbana de escravos existente no mundo desde o final do Império romano: 110 mil escravos para 266 mil habitantes" (Alencastro, 1997, p.27).

Também é importante compreender que a escravidão moderna, principalmente a brasileira, "desdobra-se em uma tensão racial que impregna toda a sociedade", de acordo com Alencastro (1997). Em uma ordem social, os negros estavam na base da pirâmide e eram discriminados pela sociedade. Além disso, dentro do sistema de escravidão existiam tipos de escravos, como os escravos de ganho, que eram aqueles que podiam executar outras atividades remuneradas, em troca de pagar um percentual aos patrões (Fausto, 1996).

Ainda de acordo com Fausto (1996), essas atividades geralmente eram discriminadas e estavam na base da hierarquia das profissões, mas importantes para a manutenção da sociedade como o artesanato, as tarefas domésticas, o comércio e as atividades manuais em geral, por exemplo.

A libertação dos escravos começou a acontecer de forma lenta, através de décadas. Em 1850, a Inglaterra proibiu a escravidão como uma maneira de não sofrer grandes danos econômicos, já que o número de escravos era alto e a economia não fluía da maneira que precisava. Esse foi um dos reflexos do início da II Revolução Industrial, que começou uma década antes e exigiu que governos tomassem medidas para que os lucros fossem maiores que as despesas. Assim, tornar os escravos em pessoas liberas permitiria que eles se tornassem consumidores girando a economia do país (Arruda E Piletti, 2009).

O Brasil não foi favorável, mas por pressão tomou medidas como a proibição da compra de novos escravos vindos da África. A Lei não foi amplamente divulgada, fazendo com que não fosse cumprida pelos senhores de engenho. Desse modo, o Brasil seguiu por mais 48 anos com seu modelo escravagista, até 1888 com a sanção da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel (Arruda E Piletti, 2009).

No fim do século XIX a sociedade brasileira já estava mais estruturada e a abolição se deu, também, por pressão de parte da população que estava sendo influenciada pelas Revoluções na França e Estados Unidos. Embora a anulação tenha sido um sinal de avanço, os motivos por trás dela não foram. Tanto que não houve políticas públicas desenvolvidas para apoiar os recém libertos, fazendo com que muitos escravos seguissem trabalhando para seus patrões por não terem para onde ir ou o que comer. Da mesma forma que muitos se instalaram nas cidades, dando início às periferias conhecidas nos dias de hoje (Arruda E Piletti, 2009).

Em síntese, podemos compreender que a sociedade que vemos hoje ainda reflete muito da estrutura social de pouco mais de um século atrás. Por isso, voltar na história do nosso país é importante para podermos falar das relações de trabalho nos dias atuais. Ao longo do século XX, com o avanço das indústrias e posteriormente da tecnologia, novas leis trabalhistas foram desenvolvidas, bem como a criação do Ministério do Trabalho, em 1930⁷. No próximo subcapítulo, abordamos as leis atuais e os conceitos de trabalho na sociedade de consumo.

2.3 A HISTÓRIA POR TRÁS DAS LEGISLAÇÕES

Como vimos nos subcapítulos anteriores, as mudanças políticas e econômicas, juntamente com os avanços tecnológicos, favoreceram para que as relações de trabalho mudassem. Com o aumento do número de fábricas no Brasil, no início do século passado, e os exemplos de greves em outros países, os trabalhadores brasileiros começaram uma forte luta para reivindicarem seus direitos, dando início a uma série de implementações políticas no Brasil.

7 Inicialmente era chamado de Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria e foi criado por Getúlio Vargas. Disponível em <https://www.tst.jus.br/historia-da-justica-do-trabalho#:~:text=A%20instala%C3%A7%C3%A3o%20do%20TST%20se,inclusive%20com%20a%20representa%C3%A7%C3%A3o%20classista>. Acesso em 15 de out de 2023.

Apesar de a abolição da escravidão ter sido um grande avanço social, no que diz respeito à vida alheia e a liberdade do ser humano, esse momento não foi pensando nos escravos. Os libertos precisaram se encaixar em uma sociedade a qual não pertenciam anteriormente, enfrentando a falta de moradia e de emprego, a falta de roupas, postura e vocabulário para poderem se inserir em uma sociedade. Razões pelas quais muitos continuaram se submetendo a trabalhos degradantes, com jornadas exaustivas e pouco retorno financeiro (que muitas vezes não era o suficiente para manter o custo de vida). As principais oportunidades de trabalho nas cidades acabavam sendo nas indústrias que estavam se instalando no Brasil.

O processo de industrialização demorou a acontecer, pois durante o Brasil colônia existia uma lei que proibia a vinda de fábricas para cá, sob o pretexto de que tal economia poderia competir com o reino de Portugal, além de possibilitar uma busca pela independência. Foi somente em 1808 que o príncipe-regente Dom João derrubou tal lei⁸ e tomou medidas que facilitariam a instalação fabril⁹.

Cabe ressaltar que em seu texto revogando a proibição de instalações de fábricas no Brasil, D. João se refere, também, à produção de matérias primas têxteis. A única produção têxtil permitida no país era a de algodão, porque dele dependiam a fabricação das sacas que embalavam os produtos agrícolas e das roupas dos escravos. Apesar de tudo, o país só se industrializou mais adiante. Embora o plano de D. João pudesse ser considerado oportuno para o crescimento econômico, havia um empecilho: “a difusão das manufaturas promovia uma expansão no número de “fabricantes” e uma conseqüente diminuição no de “cultivadores”. Tal pensamento foi influente para que internamente as coisas não mudassem tanto¹⁰.

Além do mais, a maior parte da população era escrava, as fábricas não teriam a rentabilidade necessária já que a sociedade não possuía grande poder de compra. Assim, a industrialização se fortaleceu após 1888 e uma das motivações para tal foi a

8 Disponível em:

http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3675&catid=145&Itemid=279. Acesso em 12 de nov de 2023.

9 Disponível em <https://www.todamateria.com.br/industrializacao-no-brasil/#:~:text=A%20industrializa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil%20foi,Real%20ao%20Brasil%2C%20em%201808>. Acesso em 12 de nov de 2023.

10 Disponível em:

http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3675&catid=145&Itemid=279#_ftn6. Acesso em 12 de nov de 2023.

vinda de muitos imigrantes ao Brasil¹¹. Eles traziam consigo o conhecimento técnico que não era visto aqui, facilitando a implementação e estruturação de fábricas, cujas produções eram de qualidade comparada aos outros países. Além disso, a Primeira Guerra Mundial também foi relevante para esse cenário, uma vez que países que eram exportadores deixaram de produzir pelos impactos da guerra, fazendo com o que o Brasil precisasse investir ainda mais em sua situação financeira interna¹².

Com a economia europeia comprometida, o Brasil teve a oportunidade de aumentar suas relações internacionais e seu índice de exportação. Fato que exigiu um aumento nas produções, sobrecarregando ainda mais os trabalhadores. Foi então nesse período que muitos ex-escravos e imigrantes passaram a trabalhar em tais fábricas, sob condições exaustivas e, por vezes, de alta periculosidade. Como não existiam leis que protegessem os trabalhadores, as regras eram definidas pelos patrões e variavam em cada empresa. Além disso, não havia os órgãos de supervisão, como o Ministério do Trabalho, para garantir a proteção dos operários. Tudo isso, aliado a outros fatores como a vulnerabilidade das mulheres nas fábricas, que eram vítimas de assédio, falta de férias e aposentadoria, impossibilidade de reivindicação (pois se o fizessem eram demitidos), ambientes insalubres, fizeram com o que os trabalhadores se unissem e em 1917 o Brasil teve a sua primeira grande greve.

Outras graves já haviam acontecido, desde a possibilidade da vinda das indústrias para cá. Mas como vimos anteriormente, assim como elas não eram muito fortes no país, as greves também não, visto que eram realizadas por pequenos grupos de trabalhadores. Até que em junho de 1917, uma greve de proporções maiores e relevantes serviu de exemplo para o país. Ela ocorreu no bairro da Mooca, SP, onde os trabalhadores da fábrica de tecelagem Cotonifício Crespi paralisaram suas atividades para exigir aumento salarial e a derrubada do turno noturno. Essa greve foi marcada pela presença de aproximadamente 400 funcionários, sendo a grande maioria mulheres.

Já em julho 1917, inspirados pela paralização da tecelagem, cerca de 50 mil operários paralisaram as fábricas de São Paulo, de todos os setores. Empregados de

11 Disponível em <https://www.todamateria.com.br/industrializacao-no-brasil/#:~:text=A%20industrializa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil%20foi,Real%20ao%20Brasil%2C%20em%201808>. Acesso em 12 de nov de 2023.

12 ibidem

oficinas de tecidos, móveis, chapéus, fósforos e inúmeros outros segmentos foram às ruas para lutar por dignidade. A greve durou cerca de uma semana e teve como resultado 200 mortos dos dois lados (operários e polícia).

Ela é considerada a primeira grande greve do Brasil e foi a partir dela que leis foram pensadas para o trabalhador. De acordo com o juiz Guilherme Guimarães Feliciano, em entrevista à Agência Senado, “é certo que a CLT, de 1943, trouxe novidades, mas ela foi essencialmente uma compilação das leis trabalhistas das décadas de 1920 e 1930, que nasceram graças à semente plantada pela greve geral de 1917”. Sua fala se dá pelo fato de que o governo de Getúlio Vargas implementou uma série de ações, como a fundação do Ministério do Trabalho, que veremos a seguir. Contudo, é importante reconhecer que o mérito das legislações criadas posteriormente veio da luta de muitos trabalhadores¹³.

Figura 1: operários reivindicando nas ruas de São Paulo, em 1917.



Fonte: Edgard Leuenroth/IFCH/Unicamp. Retirada da Agência Senado.

Entre os anos 1920 e 1930 a legislação brasileira foi marcada por muitas novidades no que tange os direitos dos trabalhadores. A criação da previdência social (1923), o direito a férias (1925), legislação sobre o trabalho exercido por menores

13 Agência Senado, 2017. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivos/ha-100-anos-greve-geral-parou-sao-paulo>. Acesso em 10 de nov de 2023.

(1926), além da criação do primeiro Ministério do Trabalho, em 1930, pelo então presidente Getúlio Vargas¹⁴.

O presidente se deparou com uma sociedade em que as indústrias estavam a todo vapor e em constante crescimento. O século XX foi composto por mudanças político-sociais que influíram para a ampliação econômica do país. Exemplo foi a Segunda Guerra Mundial que, assim como a primeira, fez com que o Brasil precisasse ampliar sua produtividade de modo a se tornar exportador de diversos bens. A Alemanha foi um desses casos: o governo nazista importava o algodão produzido no país para a confecção dos uniformes dos soldados¹⁵.

A expansão econômica seguia acontecendo às custas dos trabalhadores, que como sempre trabalhavam em condições insalubres e exaustivas. Assim, muitos trabalhadores começaram a criar sindicatos e grupos para reivindicar seus direitos (ou lutar pela criação deles). Aos olhos do governo isso era um problema, uma vez que esses movimentos eram guiados por operários considerados comunistas. Desse modo, como forma de regulamentar as relações de trabalho e possibilitar que o Estado tivesse poder sobre elas, Getúlio Vargas criou em 1932 a Lei da Sindicalização. Ela se assemelhava à Carta Del Lavoro, sindicalismo fascista feito por Mussolini, na Itália.

Somente em 1943 o governo Vargas unificou as leis trabalhistas, formalizando assim a Consolidação das Leis do Trabalho, conhecida como CLT. A partir de muita luta social e greve por parte dos operários. Na mesma década, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial foi fundada a Organização das Nações Unidas. Inicialmente composta por 54 Estados-Membros, hoje possui um total de 153. Foi antecedida pela Liga das Nações, fundada após a Primeira Guerra Mundial. Logo após o término da segunda grande guerra os países se reuniram formando a ONU, que passou a ter controle total de todo o acervo de documentos de sua antecessora.

A ONU possui, até os dias atuais tem grande relevância nas nações, sendo a responsável por pautar os caminhos necessários para o desenvolvimento e manutenção humana na Terra. Para isso, o sistema ONU é composto de seis programas de impacto no mundo, quinze agências especializadas que incluem a

14 Informações retiradas do site do Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em <https://www.tst.jus.br/historia-da-justica-do-trabalho#:~:text=A%20instala%C3%A7%C3%A3o%20do%20TST%20se,inclusive%20com%20a%20representa%C3%A7%C3%A3o%20classista>. Acesso em 12 de out de 2023.

15 Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/historia-a-criacao-da-clt/100474551>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

Organização Interacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial, e mais dezessete órgãos e entidades diversas¹⁶.

Em 1948, a ONU instaurou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tendo o seu artigo 5º a disposição: “ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”. Embora não seja especificamente sobre trabalho, tal artigo expõe as obrigações que as nações devem possuir para com seus cidadãos. Garantindo que nenhuma organização ou pessoa cometa atitudes contra seu próximo.

Já em 2015 a Organização lançou os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam nortear as sociedades, economias e políticas do planeta, garantindo a igualdade, sustentabilidade, ética, desenvolvimento para todos. Assim, para cada ODS existem projetos e investimentos específicos em cada território nacional, a fim de garantir o cumprimento da agenda¹⁷.

A ODS de número 8 visa “Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos”. O objetivo possui dez tópicos, com outros objetivos relacionados, incluindo entre eles a busca de ações para erradicar o trabalho forçado e a escravidão moderna, acabar com o tráfico de pessoas e o trabalho infantil. Para esse último, a agenda visa a extinção de toda forma até 2025. Além disso, também foca em proteger os direitos trabalhistas e garantir ambientes de trabalho seguros para os trabalhadores “incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários”¹⁸.

No Brasil, o artigo 7º da Constituição Federal de 1988 prevê que “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”. Composta por 24 incisos, o artigo norteia todas os demais dispositivos relacionados aos direitos do trabalhador, uma vez que a CF/88 é o topo do ordenamento jurídico¹⁹.

Em casos de descoberta de trabalho análogo à escravidão, a pena recebida é de acordo com o artigo 149 do Código Penal. Desse modo, a sentença de

16 ibidem.

17 Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

18 Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

19 O ordenamento jurídico é a hierarquia de todas as legislações. Dizer que a Constituição Federal está no topo do ordenamento, significa dizer que todas as demais legislações estão abaixo dela, devendo respeitá-la. Do contrário, projetos de leis podem ser considerados inconstitucionais.

empregadores que fazem uso de mão de obra em situações degradantes e condições precárias, sai da jurisdição do trabalho e entra na jurisdição penal.

Outras modificações seguiram acontecendo ao longo do século XX, como a criação da Lei 6019²⁰, de 3 de janeiro de 1974. Sancionada pelo general e ditador Emílio de Médici²¹ e conhecida como Lei do Trabalho Temporário, dispõe sobre os termos que devem ser seguidos para a contratação de trabalhos terceirizados por outras empresas. O trabalho temporário, disciplinado em tal dispositivo, refere-se à seguinte triangulação: empresas contratantes, empresas agenciadoras e profissionais. Ou seja, a empresa contratante entra em contato com a empresa agenciadora, que é quem possui o vínculo contratual com o profissional. Desse modo, o funcionário presta o serviço terceirizado por um determinado período, tendo seu salário e direitos garantidos pela empresa que o contratou para executar o serviço.

Em 2017 o dispositivo sofreu alterações através da Lei 13.429²², que ficou conhecida como Lei das Terceirizações. Sancionada pelo ex-presidente Michel Temer, tais mudanças preveem um aumento no período de contratação do trabalhador em regime temporário, além de permitir que as empresas terceirizem atividades-fim. Antes, a lei permitia somente a contratação de mão de obra para atividades-meio, como funções de limpeza e segurança, por exemplo. Depois da alteração, as empresas contratantes podem admitir empregados terceirizados para cumprir atividades relacionadas à finalidade da empresa (Governo Federal, 2017).

A Lei das Terceirizações fez parte da Reforma Trabalhista realizada em 2017 e também alterou outros dispositivos, gerando uma divisão de opiniões: os apoiadores acreditam que o país precisava da Reforma, uma vez que as terceirizações são uma crescente, já que para uma empresa manter um funcionário com todos os seus direitos é caro. Em contrapartida, os que se opuseram a ela afirmam que fomentar as

20 Lei 6.019, de 31 de março de 1974. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm#art2. Acesso em 9 de set de 2023.

21 Médici, embora tenha ocupado o cargo de Presidente da República do Brasil é considerado um ditador. O seu governo ficou conhecido como Anos de Chumbo, sendo um dos períodos mais opressores e violentos da Ditadura Militar. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/279778-periodo-da-historia-do-brasil-conhecido-como-os-anos-de-chumbo/>. Acesso em 10 de nov de 2023.

22 Lei 13.429, de 31 de março de 2017. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm#art2. Acesso em 9 de set de 2023.

terceirizações é uma forma de precarizar o trabalho e, conseqüentemente, tornar as pessoas “escravas de si mesmas”, uma vez que a perda de direitos trabalhistas faz com que o trabalhador precise seguir trabalhando, para poder manter seu sustento (Agência Senado, 2018).

O modelo de trabalho terceirizado é o que mais abre brechas para a geração de trabalho análogo à escravidão. Uma vez que as empresas terceirizam serviços, elas abrem mão de ter controle sobre a ética trabalhista das empresas contratadas, uma vez que consideram não ser sua função exercer tal fiscalização. Por essa lógica, o Brasil tem hoje um alto índice de trabalhadores em condições precárias. No começo de 2023, o caso terceirização e utilização de mão de obra análoga à escravidão pelas vinícolas gaúchas Aurora, Garibaldi e Salton veio à público e causou grande comoção e movimentação jurídica²³.

Com isso, o deputado federal do CE André Figueiredo (PDT) propôs o Projeto de Lei 861, que visa alterar o dispositivo sobre trabalho temporário, acrescentando a obrigação de as empresas contratantes garantirem que os trabalhadores não sejam colocados em situação análoga à escravidão. O texto abaixo, retirado da Agência Câmara de Notícias²⁴ prevê o objetivo do projeto:

O Projeto de Lei 861/23 determina que, nos casos de terceirização da mão de obra, o contratante, pessoa física ou jurídica, será responsável por impedir que os trabalhadores sejam submetidos a condições análogas às de escravo. O texto em análise na Câmara dos Deputados altera a Lei do Trabalho Temporário.

Embora a alteração no dispositivo seja fundamental, é importante refletirmos o porquê de isso não ter acontecido antes. Segundo o Ministério do Trabalho,

23 O Ministério Público do Trabalho firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com as vinícolas envolvidas no caso. Com 21 obrigações para que novos casos sejam evitados. Disponível em: <https://www.prt4.mpt.mp.br/procuradorias/ptm-caxias-do-sul/11825-mpt-assina-tac-com-vinícolas-no-caso-de-bento-goncalves>. Acesso em 14 de out de 2023

Outras medidas foram tomadas no âmbito econômico, através do BNDES. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/09/vinícolas-ligadas-a-trabalho-escravo-tem-r-66-mi-em-emprestimos-ativos-no-bndes>. Acesso em 14 de out de 2023.

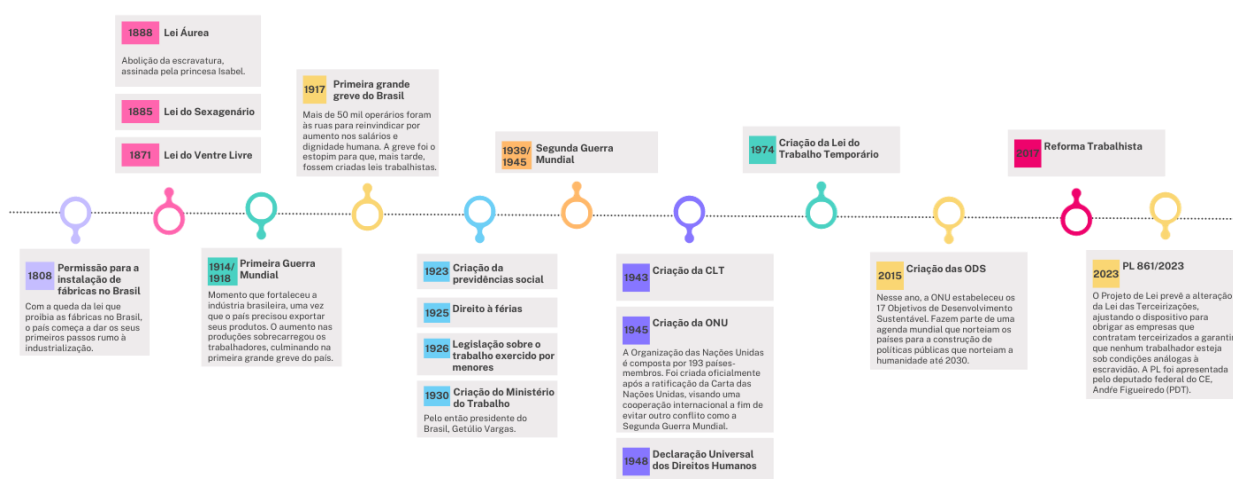
24 Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2239389&filename=PL%20861/2023. Acesso em 9 de set 2023.

“terceirizados representam 90% dos trabalhadores resgatados de situações análogas à escravidão”²⁵.

O caso das vinícolas foi mais um dentre tantos outros casos que acontecem. Todos os dias alguém está sob condições degradantes de trabalho e os políticos brasileiros já tiveram outras situações que poderiam ter servido de motivo para a construção de medidas políticas e jurídicas mais eficazes no combate ao trabalho análogo ao escravo. Por isso, faz-se necessário ponderar quais fatores fazem com que alguns casos sensibilizem mais a população do que outros, uma vez que independentemente do número de trabalhadores que existam em cada caso, todos devem e merecem receber a mesma consideração, apoio e proteção.

Figura 2: linha do tempo das principais leis do Brasil e momentos históricos importantes para a construção de nossa legislação



Fonte: elaborado pela pesquisadora

2.4 A SOCIEDADE DE CONSUMO E SEU IMPACTO NOS MODELOS TRABALHISTAS

A partir de toda a análise histórica do trabalho, podemos compreender brevemente a sociedade atual, a partir do conceito de sociedade de consumo (Baudrillard, 1990). Se em séculos passados as relações trabalhistas eram

25 Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/952045-precarizacao-do-trabalho-pode-ser-combatida-com-fiscalizacao-dizem-debatedores/>. Acesso em 15 de out de 2023

relacionadas aos desejos de soberanos políticos, atualmente ela reflete os desejos de consumo de uma sociedade inteira. Ou seja, em uma sociedade que busca consumir cada vez mais, demanda das indústrias na mesma proporção, gerando um ciclo que parece interminável.

Quando pensamos nessa relação focando na Indústria da Moda, mais especificamente no vestuário, podemos perceber que o mercado de Moda cresce cada vez mais, os consumidores passam a consumir em uma escala nunca vista antes pelas possibilidades existentes atualmente: tendências que surgem de maneira cada vez mais veloz, facilidades de compras pela internet, possibilidades de parcelamentos com o surgimento do cartão de crédito, etc. (Baudrillard, 1990)

Atualmente, deparamo-nos com dois conceitos que parecem sinônimos, mas não são: empregabilidade e trabalhabilidade²⁶. Eles estão diretamente ligados com esses novos modelos sociais, político e econômicos e geram as críticas trazidas pelo sociólogo Han ao analisar e denominar nossa sociedade como a Sociedade do Cansaço (Han, 2020).

Empregabilidade é um conceito que surgiu nos anos 90 e tem a ver com o quanto vale o trabalho de uma pessoa. É um profissional que está sempre buscando melhorar sua carreira, se atualizando. É quem se destaca e dificilmente fica desempregado, pois o seu perfil profissional é sempre buscado pelas empresas. Já partir dos avanços tecnológicos, novas formas de interação surgiram através da internet e as relações humanas também sofreram impacto. Tudo isso, atrelado a possíveis fatores externos que modificam as necessidades de cada indivíduo, um novo conceito surgiu em meados dos anos 2000, a trabalhabilidade. Que significa a capacidade de alguém em gerar trabalho, seu potencial empreendedor através das diferentes ferramentas que existem hoje.

Empregabilidade é um termo mais utilizado quando nos referimos ao modelo CLT, já a trabalhabilidade se relaciona mais às formas diferentes de executar uma atividade, não se adequando aos meios formais de geração de renda. Para isso, é importante ressaltar que trabalho e emprego não são sinônimos.

²⁶ [Empregabilidade e trabalhabilidade são conceitos diferentes? e Você sabe o que é Empregabilidade e Trabalhabilidade? Entenda qual a diferença.](#) Acesso em 2 de out de 2023

Se no decorrer do século XIX, através da II Revolução Industrial e o avanço das máquinas, as relações de trabalho se modificaram, ao longo do século XXI as mudanças são ainda maiores. Afinal, em duzentos anos as evoluções foram extremamente rápidas, se comparadas com os séculos anteriores, os quais as sociedades e suas estruturas e relações seguiam uma mesma lógica por muito tempo (Arruda E Pilleti, 2009).

Isso se deve, principalmente, aos avanços da tecnologia e comunicação. O surgimento do rádio, TV, internet. Tornando as comunicações mais ágeis, as distâncias menores e gerando novos cargos e demandas de trabalho nunca vistos antes, uma vez que as possibilidades se ampliaram também. O estreitamento das relações internacionais, as novas possibilidades econômicas, uma troca cultural maior, a diminuição das distâncias são fatores relacionados à Globalização.

Veremos no próximo capítulo os agentes para que a haja a existência da Moda. Mas é importante compreendermos desde já um dos principais: a novidade (Lipovetsky, 1989). Ela é essencial para que novas tendências possam surgir, outras ideias e costumes sejam apresentados para as gerações. Essa novidade, hoje em dia, não é vista somente no setor de vestuário, mas em tudo: tecnologias, alimentação, estilo de vida, profissão.

A tecnologia, a globalização e a necessidade de novidades da nossa sociedade atual permitiram que o capitalismo chegasse ao seu ápice em uma sociedade de consumo (Baudrillard, 1990). Para esse contexto, vamos analisar as relações de trabalho e o consumo pelo prisma da Indústria da Moda.

Na sociedade de consumo, de acordo com Baudrillard (1990), os consumidores tornam-se o centro de tudo o que é produzido e dentro dessa centralidade, há a busca por uma narrativa emocional por parte das empresas, para que a conexão com o cliente se torne maior. O autor também aborda que os objetos apresentam maior importância na vida das pessoas, o que faz com que eles comecem a ter inúmeras variações. Se antes um telefone possuía um objetivo específico, nos dias atuais ele deve oferecer mais funções aos seus usuários e a publicidade deve dar conta de gerar uma conexão afetiva.

Assuntos que inicialmente não se encaixam em conceitos específicos como política, economia, esportes, etc., conhecidos como *fait divers*, acabam possuindo uma mesma relevância que os primeiros. Assim, a mídia tem a condição de dar

visibilidade para assuntos e torná-los importantes para a população, geralmente de maneira dramatizada ou espetacularizada.

O que caracteriza a sociedade de consumo é a universalidade do *fait divers* (fatos diversos, em tradução livre) na comunicação de massa. Toda a informação política, histórica e cultural é acolhida sob a mesma forma, simultaneamente anódina e miraculosa. (Baudrillard, 1981, p.24)

Desse modo, a criação diária de novos produtos, coleções, campanhas e promoções de todos os gêneros aumentam a cada dia²⁷. Se por um lado os produtos precisam gerar o mínimo de emoção em seus consumidores, por outro tal vínculo não é o suficiente para criar um “laço de durabilidade”. Ou seja, ainda que os consumidores da sociedade do consumo busquem conexões e *storytelling*, que gerem emoções e vínculo com o produto sua relação com os produtos é cada vez mais descartável e irrisória.

A partir disso, outro fator relevante são os shoppings, que são locais climatizados e que oferecem tudo o que uma pessoa possa querer comprar. Ressaltando que “a beleza do meio é a primeira condição da felicidade de viver” (Baudrillard, 1990, p.20), enaltecendo que as *drugstore* são bonitas, bem climatizadas, com ambientes atrativos.

A climatização desses espaços torna mais fácil o processo de compra das pessoas, uma vez que ao andar pelas ruas olhando lojas o sujeito está à mercê das intempéries do tempo. Já dentro de um shopping esse fator deixa de existir, sendo sempre um espaço de tranquilidade e conforto.

Junto disso, a criação do cartão de crédito e facilidades nas transações financeiras. O próprio dinheiro passa a se tornar um objeto, por vezes, invisível - uma vez que ele passa a ser representado por um cartão ou pela própria tecnologia através do pix. Todos esses fatores permitem que possamos compreender, segundo Baudrillard (1990), a lógica por trás do consumo exagerado da sociedade atual.

Porém, as pessoas sempre têm dois papéis na sociedade: ora são os consumidores, ora são os trabalhadores. E para o contexto os últimos, o consumo

27 De acordo com a pesquisa realizada pela revista Valor Investe, em 2021, o mercado global de Moda é um dos maiores. Além disso, está entre os maiores mercados online. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/blogs/seu-negocio/post/2021/08/com-crescimento-do-mercado-de-moda-surgem-oportunidades-para-empreender.ghtml>. Acesso em 15 de out. De 2023.

exagerado de tudo exige uma produção massiva e, assim, uma quantidade extrema de trabalho.

Aliando tudo o que já vimos sobre terceirização com as demandas exacerbadas de produção, a sociedade atual começa a ter um novo modelo de trabalho, popularmente conhecido como pejetização. Esse conceito se refere ao fato de as pessoas gerarem CNPJ para que elas mesmas ofereçam serviços terceirizados às organizações.

Por trás desses novos vínculos contratuais, existe a ideia de que as empresas não precisarão pagar todos os benefícios e encargos para manter um funcionário, bem como os trabalhadores poderão fazer seu próprio horário, regras e serem chefes de si. O que de fato acontece, mas a um custo que pode ser alto.

Para essas novas relações Foucault (1976) promove a ideia de biopolítica dos corpos. Em sua análise, há uma mudança significativa na forma com que as estruturas de governo enxergavam a população: se em tempos antigos, os reis/imperadores possuíam o poder sobre a morte das pessoas, nos tempos atuais eles decidem pela vida. O que de maneira resumida significa que antes a vida de cada pessoa estava nas mãos de seus governantes, tendo eles o direito de decidir quando uma pessoa morreria ou não. No período contemporâneo a relação é outra: os governantes precisam garantir a vida das pessoas. E essas vidas são o que fazem com que a economia aconteça, uma vez que cada um passou a ter importância na construção social.

Nos tempos atuais, com a aceleração tecnológica e o conceito de pejetização, surge o conceito de psicopolítica (Han, 2020). O sociólogo explica que atualmente os trabalhadores são seus próprios carrascos, numa necessidade desenfreada de trabalhar para consumir cada vez mais. Além disso, pelo fato de os vínculos trabalhistas serem cada vez mais trocados pela mão de obra terceirizada, ser chefe de si faz com que o trabalhador não se permita parar, uma vez que ter férias e garantias trabalhistas não estão em seu contexto mais.

Dentro de toda essa lógica, temos uma sociedade cansada (Han, 2020) e consumista. Esse mesmo impacto é percebido na indústria têxtil, nas relações de trabalho desse setor e nos índices elevados de lucro e compra.

No capítulo de análise, iremos compreender essas relações, a partir das entrevistas em profundidade realizadas. Aliando tais conceitos com dados de mercado e os ensinamentos trazidos pelos entrevistados.

3.MODA

Neste capítulo, vamos compreender o que se configura Moda e como as sociedades precisaram se modificar para que houvesse sua existência, bem como a importância do vestuário em toda a história da humanidade. Também vamos apresentar a moda como um fenômeno cultural, político e econômico, uma vez que ela está presente em todas essas esferas da sociedade. Bem como a indústria têxtil atual e as relações trabalhistas nesse setor.

Por fim, vamos entender um pouco mais sobre a sociedade de consumo e movimentos existentes para tornar a Moda mais ética e justa, como o Fashion Revolution.

3.1 MODA COMO FENÔMENO CULTURAL, POLÍTICO, ECONÔMICO

Inicialmente, precisamos ter em mente que a Moda só passa a existir no final da Idade Média, antes desse período nós podemos conhecer a história do vestuário. A roupa sempre foi de extrema importância na sociedade, pois ela era utilizada como forma de mostrar a posição social de cada indivíduo, sendo muito relacionada aos papéis profissionais exercidos por cada um (Calanca, 2011).

Através desse aspecto é possível percebermos que a indumentária sempre possuiu uma relação muito próxima ao trabalho e *status* social. Sendo utilizada pelos nobres para ostentar e mostrar à sociedade o seu poder, através das joias e das vestimentas longas e pomposas. Trajes assim deixavam uma mensagem muito clara: quanto mais tecidos, camadas e comprimento de roupas, menos atividade braçal a pessoa exercia (Laver, 1989).

Ao longo da Idade Média, para impedir que os servos utilizassem roupas parecidas com a nobreza (situação quase impossível, dadas as poucas condições financeiras da população), eram aplicadas as Leis Suntuárias. Um grupo de regras que definiam o que cada um poderia comprar e usufruir. Através delas eram definidos os tipos de tecidos, modelagens, cores que cada um poderia utilizar de acordo com sua posição social. Como vimos anteriormente, tais determinações sempre existiram,

mas com a diferença de que em períodos anteriores não havia leis escritas e bem definidas²⁸.

Tais leis foram definidas na Idade Média, período em que já havia um maior crescimento econômico advindo da Indústria Têxtil. Era comum as regiões se tornarem conhecidas pela produção de determinados tipos de matéria-prima, como algodão e lã, ou por possuírem artesãos especialistas em determinadas técnicas de costura, bordados e etc. Além disso, o modelo político-econômico da época permitia que as pessoas pudessem copiar os trajes da nobreza, então como forma de evitar isso é que o conjunto de regras foi criado (Vieira, 2021, p. 325).

As roupas, tecidos, cores e modelagens sempre foram consideradas importantes nas sociedades. Durante o Império Romano, por exemplo, a cor púrpura era considerada a cor imperial, podendo ser utilizada somente pelo Imperador e outros poucos cidadãos, como os magistrados. Isso se devia a dificuldade de sua extração, que era realizada a partir de moluscos nativos do Mar Mediterrâneo, tornando-a rara (Laver, 1969, p. 48).

Por se tratar de um período que não existia a Moda, tal tingimento era utilizado para demonstrar poder dentro de uma hierarquia social. Deixando explícito a importância do vestuário e ornamentações para a representação da posição social de cada um. Diferente dos dias atuais, onde há a existência da Moda: nesse contexto, a roupa segue possuindo um papel importante, porém o que determina o acesso de alguém à determinado elemento não é sua posição social, mas sua condição financeira para adquirir ou não algo (Laver, 1969, p.48).

Desse modo, alguns pensadores buscam entender os fatores que permitem existência da Moda. Uma vez que a roupa sempre possuiu papel relevante, seja como cadeia de produção e seu impacto na economia

Como a possibilidade de mobilidade social (Bourdieu, 1979), a existência da novidade (Lipovetsky, 1989), a liberdade de imitação e distinção (Tarde, 1890) e a existência do Marketing (Posner, 2010).

A mobilidade social, nada mais é que a possibilidade de um indivíduo de transitar em classes sociais, ao longo de sua vida e seu patrimônio financeiro. Isso significa que em períodos históricos os quais as sociedades não permitiam (e algumas

²⁸ O que são Leis Suntuárias e para que elas serviam? Disponível em: <https://www.ericaminchin.com/o-que-sao-leis-suntuarias-e-para-que-elas-serviam/> Acesso em: 01 de out de 2023.

ainda não permitem) que as pessoas pudessem transitar por entre as classes, a Moda não poderia existir. Isso foi visto no caso da cor púrpura durante o Império Romano, mas também pode ser visto, ainda, na em países divididos em castas, como na Índia (Bourdieu, 1979).

A necessidade de imitação-distinção também pode ser vista como importante nesse cenário. Uma vez que o ser humano é um ser social e necessita dos demais para seu desenvolvimento. A busca por imitar e se distinguir de outrem faz parte da natureza humana, seja através de roupas, jeito de agir, falar, etc. E foi justamente pela necessidade de imitar-distinguir que as leis suntuárias foram definidas e impostas à toda população. Essa era a garantia de que a hierarquia social seguiria sendo representada através das roupas, ainda que as mudanças sociais e político-econômicas estivessem possibilitando um novo caminho para a expressão individual a partir da indumentária e vestimenta (Tarde, 1890).

Outro elemento considerado importante é a novidade. Lipovetsky (1989) considera esse como o fator essencial para que possamos enxergar a Moda em uma sociedade, pois somente a novidade possibilita a existência das tendências e essas, por sua vez, definem a Moda. Mas para isso, as pessoas precisaram modificar seus pensamentos ao longo dos séculos e a partir das mudanças sociais. Para ficar mais claro: em séculos passados era comum que as gerações seguissem possuindo os mesmos hábitos, as famílias crescessem e continuassem a viver nas mesmas casas de suas famílias. Era comum, por exemplo, os vestidos de noivas serem passados de geração em geração, assim como as joias, as receitas culinárias.

Os costumes e tradições tornavam-se, assim, enraizados e quase imutáveis. Foram necessárias alterações nas sociedades, para que esse cenário se modificasse. As guerras, misérias, dificuldades enfrentadas pelos povoados fizeram com que muitos migrassem para outros países, começando suas vidas e famílias do absoluto zero, por exemplo. Esse pode ser considerado um dos fatores para que a mudança do pensamento das pessoas se alterasse, tornando-as mais abertas às novidades e abrindo espaço para as novas tendências (Lipovetsky, 1989).

Segundo o autor a moda determina o todo, “a sedução e o efêmero tornaram-se, em menos de meio século, os princípios organizadores da vida coletiva moderna” (Lipovetsky, 1989, p. 12). De fato, em pouco tempo a Moda se tornou um setor

econômico, cujos índices de faturamento estão entre os mais elevados do mundo e as expectativas de crescimento também.

Braudel (1982) faz uma análise social que mostra a importância da moda seja como indústria, seja como roupa. O fato é que, talvez, poucas coisas como a moda se relacionam com a economia, sociedade, cultura e também com o indivíduo. Ela é capaz de compor em sua existência o macro (sociedade) e o micro (indivíduo) ao mesmo tempo e indissolúvelmente. Segundo o autor “a história do vestuário é menos anedótica do que parece. Ela coloca todos os problemas: o das matérias-primas, das imobilidades culturais, das modas, das hierarquias sociais”.

Sua consideração nos permite lembrar que a Moda, mais especificamente ao vestuário, possui um impacto grandioso em todas as esferas. Se ela tem tamanha influência, não pode ser deixada de lado quando nos questionamos a respeito das relações de trabalho, assunto que abordaremos a seguir.

Ela se tornou fundamental a partir do reinado de Louis XIV, o “rei Sol”, da França. A moda naquele período já era considerada importante e países possuíam suas produções e diferenciações nesse campo. A Espanha era quem ditava as tendências e a cor preta era costumeiramente utilizada para demonstrar poder e riqueza, uma vez que o tingimento dessa tonalidade não é fácil de conseguir, além dos desafios para que a tinturaria da peça fosse bem executada e não deixasse manchas.

E nesse fator os dados são alarmantes: a indústria têxtil é uma das que mais utiliza mão de obra análoga à escrava no mundo, ao mesmo tempo em que é um dos setores que mais lucra. É fácil percebermos que se o setor lucra tanto, significa que ele recebe uma alta procura por parte dos consumidores e a moda estando relacionada diretamente ao indivíduo, permite que a compra de peças de vestuário seja sempre uma realidade (Lipovetsky, 1989).

Para Posner (2010), o Marketing é que faz a Moda ou, pelo menos, o que vemos sobre ela. Quando as peças são produzidas elas não passam de roupas, calçados ou acessórios, o que as transformam, de fato, em produtos de desejo é a narrativa construída sobre elas, através do Marketing. De acordo com a autora, “uma cor deixa de ser ‘marrom’, para se transformar em um glamouroso ‘moca’” (p.1). Isso pode ser visto na quantidade de comerciais da indústria têxtil. Desde as grandes marcas globais até as menores marcas locais, todas buscam gerar um marketing

assertivo para a captação de clientes. Como estratégia, é comum tais empresas desenvolverem *slogans* que gerem identificação do público.

Um exemplo é a Nike, marca que foca em produtos esportivos e que possui um dos *slogans* mais duradouros e famosos do mundo: *just do it*. Possuindo um significado de “apenas faça”, a marca consegue gerar em seu público a mentalidade esportiva, enaltecendo a resiliência, superação e persistência dos atletas. O próprio nome “Nike”, faz referência à mitologia grega, a partir da deusa Niké, que representava a velocidade, a vitória e a força²⁹.

Esse é somente um dos tantos exemplos possíveis para compreendermos a relevância do marketing para a moda ser o que é nos dias atuais. E se a comunicação foi capaz de tornar esse segmento um dos maiores mercados globais em pouco tempo, também deve ser utilizada para combater as desigualdades e explorações advindas desse setor.

Assim, como contraponto, a jornalista Marialva Barbosa (2016), nos faz refletir sobre a omissão dos meios de comunicação acerca das denúncias do trabalho escravo no período colonial. A autora, afirma que concorda com a relação de que o período escravagista, os escravos e a mídia tem muito mais relação do que possamos imaginar. Isso se deve ao fato, também, de que embora a mídia, principais as tradicionais, necessitam divulgar matérias e conteúdos que sejam importantes para a grande massa, ela deve também, como premissa da sua importância para agir ao contrário, ao expor conteúdos aos quais a opinião pública precise (re)conhecer. A partir disso, podemos interpretar mais facilmente a importância da comunicação para a Moda, seja como forma de fortalecer o setor, seja como forma de modificá-lo.

No próximo subcapítulo entenderemos melhor como ocorrem as principais relações trabalhistas na Moda, a fim de podermos identificar os principais problemas que possibilitam a exploração laboral nessa indústria. No capítulo de análise da pesquisa, retomaremos a discussão acerca da importância da Comunicação, principalmente através dos profissionais dessa área, como agente de transformação do setor têxtil.

29 Disponível em: <https://okulos.com.br/nike-a-origem-do-nome-da-marca#:~:text=Suruiu%20inspirado%20no%20nome%20do,figura%20de%20uma%20mulher%20alada>. Acesso em 09 de novembro de 2023.

3.2 FORMAS DE TRABALHO NA MODA: COMO ACONTECEM?

Os modelos de trabalho na sociedade de consumo, principalmente o crescimento do número de terceirizações e da pejetização, fazem com que as indústrias não se sintam obrigadas a garantir os direitos do trabalhador. Fato esse que já está em discussão na política brasileira, uma vez que os índices de trabalho escravo contemporâneo aumentaram em 2023³⁰.

Essa situação é uma das mais comuns na indústria têxtil, visto que a fabricação de uma peça de roupa exige o envolvimento de alguns profissionais: cortadores, costureiras, modelistas, etc. Essa é a última etapa do desenvolvimento de uma peça, mas a indústria começa desde a plantação das sementes de algodão ou confecção dos fios têxteis, por exemplo. Nessas etapas, por vezes esquecidas pelos consumidores, também são encontrados casos de trabalhadores em condições degradantes e precárias. Essa realidade é muito bem apresentada no documentário *Estou me guardando para quando o carnaval chegar*³¹.

Na produção é possível conhecer o dia a dia dos trabalhadores da cidade de Toritama, PE, na produção do jeans. O local é conhecido por produzir mais de 20 milhões de peças por ano. Uma quantidade enorme de peças, para uma cidade de apenas 40 mil habitantes (IBGE, 2022), cuja mão de obra é artesanal. Pessoas de todo lugar do Brasil vão até o local para comprar as peças e revendê-las.

As histórias relatadas no documentário nos fazem enxergar ainda melhor as relações de terceirizações, que são a base do modelo de trabalho na região. Locais precários, cargas exaustivas de trabalho, rotina cansativa e salários muito baixos integram as características de produção, não somente em Toritama, mas na grande maioria da cadeia produtiva têxtil. No ambiente do documentário é ainda mais nítida as condições de baixa renda do povo local, pois o motivo que dá nome à produção é simples: os trabalhadores vendem tudo o que podem para ir até a praia no Carnaval. Esse é o único momento de descanso e diversão da maioria, durante o ano inteiro.

30 De acordo com a Agência Câmara de Notícias, da Câmara dos Deputados brasileira. A matéria escrita em 30 de março de 2023 está disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/949504-BRASIL-BATE-RECORDE-DE-TRABALHO-ESCRAVO-E-DEPUTADOS-SUGEREM-PROPOSTAS,-FORCA-TAREFA-E-ATE-CPI>. Acesso em 10 de out de 2023.

31 Documentário brasileiro, com direção de Marcelo Gomes, acompanha e mostra a realidade da produção do jeans na cidade de Toritama, PE. São produzidas na cidade, em condições precárias, mais de 20 milhões de peças por ano. O documentário está disponível no YouTube.

Essa realidade acontece todos os dias, em diversos locais cujas pessoas produzem peças consumidas por nós. Não é possível considerar que o trabalho é análogo à escravidão, uma vez que a grande maioria é autônoma e terceirizada. Essa relação é a que deve nos fazer refletir sobre a responsabilidade não somente das marcas, mas também dos consumidores. Afinal, se uma quantidade tão grande de roupas é vendida, significa que existem inúmeras pessoas dispostas a comprar.

Esse é o tópico que será abordado no próximo subcapítulo. Sendo como uma continuação do que já tratamos aqui, vamos entender ainda mais os fatores que dificultam enxergar e reconhecer o trabalho escravo na indústria têxtil.

3.3 A ESCRAVIDÃO INVISIBILIZADA DA INDÚSTRIA TÊXTIL

Embora a maioria dos casos de trabalho análogo à escravidão seja realizada em zonas urbanas (Ministério Do Trabalho, 2023), a fiscalização nem sempre detecta com facilidade, uma vez que são regiões com maior fluxo de pessoas, os trabalhadores atuam dentro de estabelecimentos que, por vezes, possuem uma fachada que não deixa transparecer o que ocorre lá dentro.

Diferente dos casos ocorridos nas zonas rurais, onde a exploração pode ser mais nítida aos olhos de quem investiga: os locais insalubres, as condições degradantes, os relatos dos trabalhadores encontrados. Uma vez que todos esses fatores permitem que os trabalhadores em condições análogas à escravidão sejam mais facilmente detectados e, assim, resgatados³².

Já no caso da indústria do vestuário, tudo – ou quase tudo – se torna mais delicado. Existem inúmeras facções têxteis, que são os locais onde as produções das peças de vestuário são feitas, mas nem sempre é fácil identificar a exploração ocorrida no setor, pois a parte significativa das produções deriva de contratos de terceirização.

Outro fator que pode ser levado em consideração é a importância que a roupa tem na vida das pessoas: uma vez que as peças se tornam cada vez mais efêmeras (Lipovetsky, 1989), as tendências acontecem em períodos cada vez mais curtos, as

32 De acordo com o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil - 2023, realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, foram resgatados 1240 trabalhadores rurais e 203 trabalhadores urbanos em 2023. Disponível em <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em 12 de out de 2023.

facilidades de compras são inúmeras e as peças deixam de ter uma importância afetiva. Assim, a história daquele objeto deixa de importar (Baudrillard, 1990).

Isso pode ser compreendido quando pensamos nos artefatos expostos em museus ou em objetos familiares. Nos dois casos o que importa é a história por trás de cada coisa. Quando alguém visita um museu, ela está esperando compreender os movimentos que dão sentido à existência da peça exposta: sua história, período, manualidades envolvidas, relevância histórica, etc. A mesma lógica se aplica aos objetos familiares de grande apreço: qual a história dos objetos, a quem pertenceu (e a importância dessa pessoa no contexto), etc.

Uma vez que a Moda tem como um de seus critérios a novidade (Lipovetsky, 1989), que é despertada pela curiosidade, a história da peça passa a ser menos importante. Principalmente na sociedade do consumo, em que as novidades podem ser lançadas semanalmente (como o caso de marcas que possuem novas coleções em prazos curtíssimos de tempo)³³.

O avanço da tecnologia e a utilização massiva das redes sociais permite que as tendências cheguem muito mais rápido no radar de cada consumidor. As marcas se apropriam desse modelo de mídia e impulsionam ainda mais suas vendas, através do desejo que geram em seus clientes a partir de uma publicidade muito bem pensada. Da mesma maneira, como vimos, as facilidades de compra através dos cartões de crédito permitem que as tendências não somente cheguem aos consumidores, mas possam ser adquiridas de fato.

Pensando nesse cenário, muitos movimentos surgiram com o intuito de conscientizar a população sobre os impactos de um consumo exagerado, não somente no meio ambiente, mas com a dignidade dos trabalhadores dessa indústria, como o Fashion Revolution.

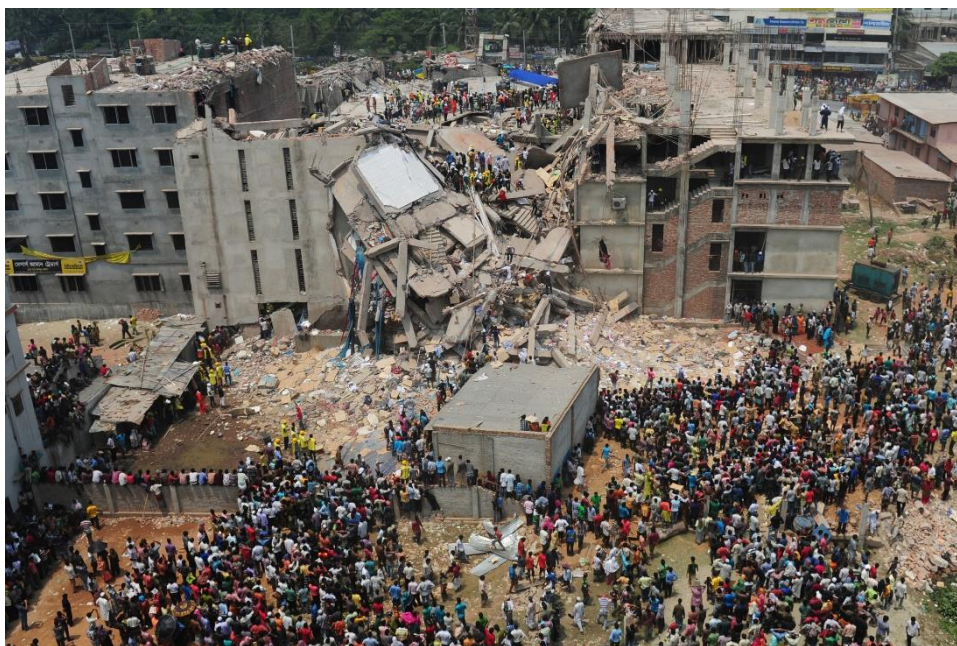
O movimento surgiu em 2014, como forma de protestar e gerar mudanças na Moda, a partir da queda do prédio Rana Plaza, em Bangladesh 2013³⁴. O local possuía

33 A marca de óculos Chilli Beans é um exemplo de empresa que produz coleções novas em um prazo curto, chegando à marca de lançamentos de dez novos produtos por semana. Disponível em: <https://loja.chillibeans.com.br/marca>. Acesso em 17 de out de 2023

34 Para relembrar os dez anos da tragédia, jornais e revistas de todo o mundo publicaram matérias sobre o fato. Aqui, uma delas, escrita pelo próprio movimento Fashion Revolution, na Carta Capital em abril de 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/fashion-revolution/uma-decada-do-desabamento-do-rana-plaza-ainda-precisamos-perguntar-quem-fez-nossas-roupas/>. Acesso em 01 de out de 2023.

oito andares e era sede de muitas facções têxteis que produziam para grandes marcas globais, como H&M e Benetton, por exemplo. As produções aconteciam de maneira insalubre e eram consideradas trabalho análogo à escravidão, grande parte de mulheres e crianças. O espaço já havia sido embargado pelo corpo de bombeiros local, mas por ordens dos patrões as produções seguiram funcionando até seu desabamento, deixando mais de mil mortos e 2500 feridos.

Figura 3: Imagem de momentos após a queda do prédio Rana Plaza, em Bangladesh, 2013



Fonte: Getty Images

O movimento global Fashion Revolution é hoje o maior movimento em prol de uma moda ética, transparente e sustentável. Existindo em países no mundo inteiro, atua na conscientização dos consumidores para que se questionem sobre onde, como e por quem são feitas suas roupas³⁵.

É, a partir desse movimento e de tudo o que estudamos ao longo dos capítulos anteriores, que vamos nos debruçar para entender qual o papel da comunicação no combate do trabalho escravo contemporâneo, refletindo possibilidades de ações e mudanças.

35 Disponível em <https://www.fashionrevolution.org/about/>. Acesso em 01 de out de 2023.

4.METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia escolhida para a execução deste estudo é de caráter exploratório, uma vez que a intenção é a construção de hipóteses para aprimorar ideias. É qualitativa, pelo fato de que optamos pela qualidade dos conteúdos e não sua quantidade (Gil, 2002, p. 41). Com três técnicas de coleta de dados, que são: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista em profundidade.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Stumpf (2011) é fundamental e a base de toda a pesquisa, uma vez que é a partir dela que podemos selecionar documentos, bibliografias e a base de materiais para a construção do referencial teórico. E, para este estudo, compreendeu-se necessária a importância da construção de um maior aprofundamento teórico sobre os assuntos principais, a fim de proporcionar um entendimento mais amplo sobre a relevância do problema de pesquisa para a nossa sociedade atual. Abrangendo diversos autores relevantes para a construção do presente trabalho e possibilitando a ampliação do debate acerca da importância da comunicação como agente no combate do trabalho análogo à escravidão na indústria da moda.

Para tanto, a pesquisa bibliográfica possibilitou a compreensão das relações trabalhistas ao longo dos séculos e como as sociedades se modificaram no decorrer dos anos, pois, de acordo com Gil (2002, p.45), ela é “indispensável nos estudos históricos”. Aliado a isso, os estudos acerca do papel da roupa em tais épocas no que tange a sua importância não somente econômica, mas também como instrumento de representação social. Entendimentos esses que são importantes para que possamos assimilar as mazelas da sociedade atual, através das relações de trabalho atuais e a grandiosidade da indústria têxtil no século XXI.

Já a análise documental serve de base para o presente estudo, uma vez que inúmeros documentos foram utilizados como apoio de origem secundária para a compreensão de cada temática desenvolvida aqui. Segundo Moreira (2011), é a partir da construção dessa análise que o pesquisador está pronto para desenvolver seu projeto. Assim, o trabalho apoiou-se em materiais diversos, como relatórios de índices de lucratividade, documentários e outras produções audiovisuais, sites e materiais de organizações do terceiro setor.

Todos os materiais citados acima foram escolhidos, pois continham neles informações importantes para o desenvolvimento da compreensão das temáticas

abordadas nesse estudo. Como por exemplo, índices específicos que apresentam dados sobre escravidão moderna, lucratividade econômica, importância de determinadas políticas públicas. Visando o tratamento dos dados coletados, todos os materiais documentais foram extraídos de fontes consideradas confiáveis, uma vez que são de entidades mundiais e de renome, como a Organização das Nações Unidas (ONU), as agências do governo brasileiro e o próprio Estado, o Ministério Público do Trabalho, por exemplo.

E, como última coleta de dados, a técnica de entrevista em profundidade. Para Duarte (2011), a técnica permite não somente a coleta de dados fundamentais, mas também possibilita que o pesquisador decifre e reconstrua a informação, a partir de "um diálogo inteligente" (p.62). Ainda, de acordo com o autor:

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. (Duarte, 2011, p.62)

Para tanto, ao levarmos em consideração a complexidade do tema abordado neste estudo, a entrevista em profundidade foi um recurso considerado importante, uma vez que uma das propostas da pesquisa é a abertura do diálogo para buscar caminhos de combate ao trabalho análogo à escravidão moderna, fundamentalmente na Indústria da Moda.

Desse modo, foram realizadas cinco entrevistas com diferentes profissionais, com a intenção de atingir os objetivos propostos nessa pesquisa, a partir de diferentes olhares e vivências. Para tanto, foram entrevistados: um advogado trabalhista, com a finalidade de nos explicar de maneira mais aprofundada as legislações trabalhistas e a fiscalização do trabalho; um jornalista, para compreender como a comunicação, em seus diferentes espaços de atuação, pode ser crucial para a construção de mudanças sociais; uma líder cooperativista da indústria têxtil, a fim de compreender diferentes trajetórias na construção de uma Moda mais solidária, ética e transparente; um sociólogo, com a finalidade de compreender a sociedade atual, suas adversidades, desafios, a partir do passado para a construção do futuro; e uma ex-trabalhadora da indústria têxtil, que vivenciou a prática de atuar em uma empresa que utilizava mão-de-obra análoga à escravidão, cujas produções eram desenvolvidas para uma grande

marca de departamento no Brasil. Todos serão melhor apresentados no próximo capítulo.

Por fim, a técnica de análise de dados coletados escolhida foi a análise de conteúdo categorial, pois ela “é um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa”. (Fonseca Júnior, 2011, p. 280). Tal técnica também é considerada, pelo autor, como fundamental para pesquisas no campo da comunicação, pela “sua grande capacidade de adaptação aos desafios emergentes” da área. (p.280).

Fonseca Júnior (2011) explica que a análise de conteúdo categorial incide na organização das informações reunidas em subgrupos com o intuito de promover o acesso do pesquisador e compreender a sua diversidade. Compreende-se que a análise de conteúdo categorial é relevante por sua característica de organização que confere à pesquisa. Mesmo em uma rápida leitura, ao dividir a análise do objeto em categorias bem definidas, que apresentem suas fronteiras, é possível entender o processo e andamento escolhido para o certo estudo.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Neste capítulo, faremos a análise e a discussão da pesquisa a partir dos capítulos teóricos, alinhando-os com as respostas obtidas através das entrevistas em profundidade, que serão apresentadas a seguir. Para isso, faz-se importante retomarmos a problemática que deu início a este trabalho, bem como os objetivos que a sucederam.

A Moda, representada pelo vestuário, pode ser considerada um dos termos mais complexos e abrangentes que existem em nossa sociedade. Ela atua como um dispositivo social, a partir das tendências existentes em cada período da História, desde o começo da sua existência no século XV; como uma forma de expressão individual, que permite ao indivíduo fazer parte de uma determinada cultura, bem como pertencer a uma tribo; como divulgadora das inúmeras camadas sociais que existem e o *status* social de determinados grupos.

Também, vemos a moda como um dispositivo político-econômico, através da grande relevância do setor têxtil para a economia global; a vasta quantidade de trabalhadores em todo o mundo atuando na confecção da Moda: que atuam na produção das fibras têxteis - sejam elas orgânicas ou não -, na produção das peças de vestuário, nas vendas, no Marketing, na criação de novos produtos. Uma cadeia produtiva complexa, valorosa e difícil de rastrear. Ela como um dispositivo político, uma vez que pode ser utilizada como forma de protesto e expressão.

Pertence a uma das maiores indústrias do mundo, produzindo cerca de 6,55 bilhões de peças, em 2023 (IEMI). Dado esse que nos permite pensar a alta lucratividade do setor, a quantidade de trabalhadores envolvidos, a valorização do vestuário na sociedade de consumo e a grande variedade de ofertas de peças disponíveis nos inúmeros players de venda do mundo inteiro. Em contrapartida, a indústria têxtil tem seu lado obscuro no que tange as relações trabalhistas e a transparência da cadeia produtiva.

Esse é, por sua vez, um dos setores que mais utiliza trabalho análogo à escravidão. As terceirizações, muito comuns no setor, impossibilitam que entidades fiscalizadoras possam mapear os locais onde a exploração acontece. Isso se dá por razões como: trabalhadores, muitas vezes, são mantidos em locais isolados tanto no ambiente rural – com as produções de fibras têxteis -, quanto na zona urbana, em

casas e construções irregulares, que não chamam a atenção da população, justamente para evitar alarde e possíveis denúncias.

Os próprios trabalhadores acabam se submetendo à tais condições por razões diversas, como: a baixa escolaridade e a não compreensão dos seus direitos, desconhecendo, por vezes, que estão sendo explorados; a falta de oportunidades aliada à necessidade de trabalho; por serem imigrantes levados a outro país sob a promessa de emprego e melhoria em sua condição de vida – como o caso dos trabalhadores da facção que produzia para a marca Brooksfield, em 2016³⁶.

A partir desse cenário surgiu a problemática desse trabalho que questiona: de que forma a comunicação pode ser uma articuladora no combate à escravidão moderna na Indústria da Moda? A partir de tal pergunta foi elencado, como objetivo geral apontar caminhos possíveis para o combate à escravidão contemporânea através da Comunicação. E, como objetivos específicos, investigar a percepção de especialistas, sobre a temática; elencar soluções conjuntas que possam ser tomadas como medidas e cuidados e refletir o papel que a comunicação pode ocupar nesse diálogo, orientando o mercado nesse processo.

Para a construção da pesquisa, foi considerada a metodologia de caráter exploratória e qualitativa. Bem como as técnicas de pesquisa: bibliográfica, documental e entrevista em profundidade, refletidas através da técnica de análise de dados coletados.

A partir disso, considera-se importante o papel da pesquisa ao jogar luzes em discussões importantes para a nossa sociedade, com a expectativa de ampliar as reflexões acerca das condições trabalhistas e o setor têxtil.

Para tanto, foram desenvolvidos dois grandes capítulos teóricos, sobre Trabalho e Moda, respectivamente. Eles abordam as relações trabalhistas e escravagistas no decorrer dos séculos, através das práticas exercidas em cada período e a evolução das Leis do Trabalho, no Brasil. Além, de abordar a história do vestuário e da Moda, que teve seu início a partir do século XV, bem como a importância que as roupas sempre tiveram para determinar a posição e função sociais dos indivíduos.

³⁶Como o caso dos imigrantes resgatados, em São Paulo, no ano de 2016. Os trabalhadores atuavam em uma facção que produzia peças para a marca de luxo Brooksfield. Eles haviam sido trazidos da Bolívia para o Brasil por um agente, com a promessa de trabalho e melhores condições de vida.

Através de todo o embasamento teórico deste trabalho, aliado à etapa de entrevista em profundidade, a partir das informações coletadas com os entrevistados, é que vamos analisar os resultados e discutir formas de responder a problemática inicial deste estudo.

5.1 CONHECENDO OS RESPONDENTES

Neste subcapítulo, iremos conhecer os entrevistados e seus currículos. Bem como os motivos que foram elencados para a escolha de cada um, através da relevância de suas contribuições para o presente estudo. Optou-se pela não transcrição das entrevistas, somente a apresentação do roteiro das mesmas, disponibilizados nos apêndices do trabalho. Tal decisão se deu pelo fato de que cada uma das entrevistas foi conduzida a partir de um roteiro, que resultou em diálogos extensos acerca das temáticas tratadas. Assim, as conversas duraram em torno de quarenta minutos, tornando as transcrições longas e difíceis de serem realizadas a tempo do término do estudo.

Com a intenção de compreender melhor as leis trabalhistas e como os dispositivos que preveem as relações de terceirizações funcionam, bem como seus impactos na sociedade de consumo, principalmente a partir da Reforma Trabalhista executada no governo do ex-presidente Michel Temer, em 2017, foi realizada a entrevista com o advogado trabalhista Thomaz Bergman³⁷. O profissional atua na Justiça do Trabalho e tem um olhar crítico sobre as relações de trabalho atuais, agindo sempre em defesa dos direitos dos trabalhadores e no desenvolvimento de melhores condições de trabalho.

Ainda desejando compreender a sociedade, a partir de momentos importantes da História não somente do Brasil, mas do mundo, como forma de olhar o passado para compreender o presente e buscar desenhar soluções para o futuro, foi realizada a entrevista com o sociólogo André Ricardo Salata. Atualmente é professor de Sociologia do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Economia da PUCRS, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq³⁸.

37 Thomaz Bergman, advogado trabalhista. Currículo disponível em: <https://www.linkedin.com/in/thomaz-bergman/>

38 Currículo Lattes do sociólogo André Salata, disponível em <http://lattes.cnpq.br/2094357185449029>

Já adentrando no campo da Moda e as relações trabalhistas neste setor, foi realizada a entrevista com uma profissional que atuou em uma empresa que fazia uso de mão de obra terceirizada em condições análogas à escravidão, cujas produções eram realizadas para uma grande marca brasileira. A finalidade é compreender os bastidores de empresas investigadas e como os gestores se comportam. Para essa entrevista, optou-se por não revelar a identidade da entrevistada, a fim de protegê-la. Desse modo, iremos nos referir a ela pelo pseudônimo Maria da Silva.

Pensando em caminhos viáveis na indústria têxtil, a partir de exemplos reais e já colocados em prática, a quarta entrevista é com a líder cooperativista da indústria têxtil Nelsa Nespolo. Ela é fundadora e atual presidente das cooperativas Univens (Unidas Venceremos) e Justa Trama. Sendo reconhecida em todo o mundo e homenageada como uma referência em Economia Solidária, no Brasil³⁹. A profissional nos contou sobre a importância dos sindicatos, da união dos trabalhadores, da economia solidária e a importância de nos preocuparmos com todos os níveis da cadeia produtiva têxtil. Mostrando-nos que a Moda pode ser construída a partir de valores humanos que permitam a dignidade de todos.

A Univens é uma cooperativa que foi fundada na década de 90, no bairro Sarandi, em Porto Alegre. Através da união de inúmeras mulheres, foi possível construir um futuro digno de trabalho a cada uma delas, através da costura. Com o apoio dos sindicatos e políticas públicas que ofertaram possibilidades de tornar a cooperativa uma das mais conhecidas da cidade.

Posteriormente, a Justa Trama⁴⁰ surgiu da união de inúmeras cooperativas, espalhadas em cinco estados brasileiros. A marca possui mais de 700 trabalhadores envolvidos nos processos produtivos, que começam desde a agricultura familiar do algodão, passando pela fiação e produção dos tecidos e malhas, a confecção das peças, estamparia e venda do produto final. Todas as etapas lideradas por trabalhadores cooperativistas, que visam a economia solidária e relações de trabalhos dignas.

Por fim, com foco em compreender o papel da Comunicação como agente de transformação, bem como são noticiadas as matérias relacionadas à exploração

39 Matéria disponível em <https://www.brasildefatores.com.br/2022/07/12/referencia-da-economia-solidaria-nelsa-nespolo-e-homenageada-na-assembleia-legislativa-do-rs>. Acesso em 17 de novembro de 2023.

⁴⁰ Site da cooperativa Justa Trama: <https://justatrama.com.br/sobre-nos/>

laboral, foi realizada a entrevista com o jornalista Eduardo Matos⁴¹. O profissional atuou como repórter do Grupo RBS por mais de vinte anos, sendo reconhecido por seu trabalho e pelas relevantes matérias realizadas, recebendo mais de 128 prêmios ao longo de sua carreira.

Atualmente, atua no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), como Assessor de Gestão de Imagem. Assim, por sua reconhecida trajetória como repórter e, agora, como assessor do TRT4, Eduardo nos explica, ainda que brevemente, sobre como os assuntos tornam-se relevantes para a opinião pública, seu olhar sobre o papel da comunicação no combate à escravidão moderna.

5.2 A PERCEPÇÃO DOS ESPECIALISTAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM DIÁLOGO MULTIDISCIPLINAR

A partir de todo o trabalho realizado através de pesquisa bibliográfica e documental, foi possível compreender melhor sobre o trabalho na sociedade de consumo, principais fatores que permitem o trabalho análogo à escravidão e como a Moda serve de influência para a existência de tal realidade.

A presente pesquisa tem como ponto de estudo a Moda, representada pelo vestuário e tudo o que ele engloba (roupas, acessórios e calçados, por exemplo), como dispositivo social, político e econômico e sua importância para a sociedade. Além, de pertencer a uma indústria ampla que atua nos três setores da economia: o primário, através da agricultura e produção de matéria-prima; no secundário, com a indústria, que abrange as confecções, criações, estamparias; e, por fim, no terciário, que é representado pela venda de produtos e serviços. E este subcapítulo, especificamente, aborda um dos objetivos da pesquisa, que é investigar a percepção de especialistas, sobre a temática.

Em cada um dos setores econômicos, é possível encontrar casos de exploração de trabalhadores para a construção de todo o sistema que sustenta a Moda como a conhecemos. Embora, muitas vezes, o senso comum possa enxergar esse setor somente através das grandes produções, dos desfiles e das tendências de vestuários, esse mercado é muito mais amplo. Fator esse que torna difícil a fiscalização dos modelos trabalhistas e o rastreamento de cada etapa produtiva.

41 LinkedIn do Eduardo Matos disponível em <https://www.linkedin.com/in/eduardo-matos-7a1983205/>

A grandiosidade do setor, no que se refere a vastidão da quantidade de trabalhadores que atuam para que uma única peça de roupa seja produzida, faz com que os modelos de terceirização se tornem condições comuns de trabalho nessa esfera. Tanto os formatos de terceirização entre empresas, quanto nos moldes do que é conhecido como pejetização⁴².

O sistema econômico atual, permite que pessoas possam ofertar seus serviços através de sua certidão jurídica. Para o capitalismo, o modelo das terceirizações é aceito e cada vez mais difundido pelas organizações, uma que as últimas deixam de ter responsabilidades trabalhistas, fiscais e econômicas com os trabalhadores. Esse formato, que vem crescendo a cada ano, pode ser considerado como uma consequência da sociedade de consumo (Baudrillard, 1995), em que as empresas visam aumentar sua produtividade, para ampliar seus lucros, mas sem aumentar sua quantidade de empregados.

No Brasil, parte dos políticos e empresários sustentam a fala de que os impostos são altos, manter funcionários de qualidade é uma prática cara e que devido ao grande número de trabalhadores, torna-se ainda mais difícil combater o desemprego. São com argumentos como esses, que a Lei das Terceirizações foi amplamente debatida, durante a Reforma Trabalhista, em 2017. O fato é que a ampliação dos modelos de terceirizações e a multiplicação da ideia de meritocracia – bastante encontrada em slogans como “Trabalhe enquanto eles dormem”, “Seja seu próprio chefe” -, construíram o que o sociólogo Han (2015) chama de Sociedade do Cansaço. Em sua outra obra, o pesquisador explica que nos dias atuais vivemos uma crise de liberdade, a qual “uma nova forma de submissão sucede à libertação. É esse o destino do sujeito” (Han, 2020, p. 9).

Esse novo conceito de liberdade torna os trabalhadores seus próprios algozes, uma vez que não existem órgãos fiscalizadores que possam controlar o quanto uma pessoa se submete, por conta própria, a situações exaustivas de vida. Soma-se a isso, o fato de que vivemos em uma sociedade cujas raízes se originaram de civilizações que consideram a exploração e escravidão práticas corretas. Ao longo do capítulo teórico sobre Trabalho, pudemos compreender brevemente as sociedades

42 Termo que utilizado para designar quando um trabalhador vende seu serviço através de um CNPJ. Muito comum com os modelos de Microempreendedor Individual (MEI),

antigas, e os conceitos de Escravidão Natural (Aristóteles, século IV a.C.) e escravidão por pecado (Santo Agostinho, século V d.C.).

A partir de tal histórico, podemos pensar sobre os conceitos de trabalho, direitos e obrigações dos trabalhadores inculcados no inconsciente coletivo (Jung, 1976). Uma vez que em grande parte da trajetória da humanidade, as relações de trabalho e poder, foram mantidas as mesmas por longos séculos. Fato esse, que torna mais complexo o debate sobre a sociedade atual.

A terceirização, através da atividade-fim, tem dois caminhos para acontecer: através do contrato firmado entre duas empresas, em que a contratante – na maioria das vezes as marcas -, contrata uma segunda empresa para confeccionar suas coleções. A empresa contratada passa a ser, então, responsável pela produção das peças, utilizando a mão de obra de seus empregados, bem como seu próprio maquinário. O grande problema, é que em muitos casos a empresa contratada não possui condições suficientes de dar conta de toda a produção que foi decidida em contrato. Contratando, por sua vez, uma terceira empresa que será a responsável por parte da produção das peças, num modelo conhecido como quarteirização.

Esse formato é um dos mais preocupantes, uma vez que para que todas as empresas possam ter lucro, muitos trabalhadores são explorados e trabalham em excesso por pouca remuneração. Geralmente, esses casos acontecem nas facções que são *quarteirizadas*, assim, as marcas contratantes utilizam-se do discurso de que não sabiam que suas peças estavam sendo confeccionadas por trabalhadores explorados, uma vez que não haviam firmado parceria com tais facções.

Esse é um caso clássico, de um discurso que precisa ser combatido, uma vez que toda e qualquer empresa deve ter o controle sobre as condições dos seus meios de produção, bem como garantir que os trabalhadores envolvidos tenham seus direitos preservados.

Caso similar foi relatado na entrevista com Maria da Silva (2023), a ex-trabalhadora de uma facção têxtil envolvida em investigações. A entrevistada contou que trabalhava no setor financeiro da empresa, e que somente os trabalhadores “do escritório” eram contratados como CLT. Os demais, que trabalhavam na fábrica, como os cortadores e costureiros não possuíam nenhum vínculo formalizado. Todas as produções aconteciam para uma grande marca de varejo brasileira. Os modelos das

peças eram desenhados pela própria dona da empresa, a partir do *briefing* passado pela varejista para suas coleções de primavera-verão e outono-inverno.

Depois de aprovadas, as peças iam para a produção, que precisava acontecer em curto período de tempo e em grandes quantidades, uma vez que a marca contratante atua em todo o país. Sobrecarregando, assim, os trabalhadores que atuavam na produção. Quando prontas, as peças eram enviadas à marca, que fazia análise minuciosa de cada detalhe das modelagens, costuras e aquelas que não passavam pela curadoria eram devolvidas para descarte.

A empresa terceirizada precisou, em um determinado momento, encerrar suas atividades quando foi alvo de investigações fiscais. Todos os funcionários que eram devidamente contratados fizeram um acordo de demissão - e, por medo ou desconhecimento da grandiosidade da situação, nenhum deles prestou testemunho ou denunciou a empresa por demais crimes. Em contrapartida, os trabalhadores que eram terceirizados acabaram sem garantias trabalhistas, sendo, mais uma vez, prejudicados.

Em conversa com a entrevistada, ela afirmou que essa era uma prática (de exploração dos trabalhadores) naturalizada não somente pelos donos da empresa, mas como pela marca contratante. Uma vez que a última nunca havia buscado entender como se dava o funcionamento das produções de suas peças, tampouco em que condições. Ela afirma, também, que os empregadores já esperavam a fiscalização, mantendo todos os funcionários atentos a quaisquer “batidas” da polícia.

Para o advogado trabalhista, Thomaz Bergman (2023), as terceirizações se intensificaram ainda mais a partir da Reforma Trabalhista, proposta pelo ex-presidente Michel Temer. Fato esse que se tornou um grande problema para a nossa sociedade e o pensar sobre o futuro do trabalho, uma vez que a diminuição dos direitos dos trabalhadores e as modificações na Lei das Terceirizações, como ficou conhecida, acarretou um aumento da pejetização no país. O Ministério Público do Trabalho afirma que a maior parte da exploração dos trabalhadores vem a partir desse modelo de pejetização.

Tal formato, é preocupante na Sociedade de Consumo (Baudrillard, 1995), uma vez que a busca pela compra exacerbada de novos produtos e novas tendências aumenta cada vez mais. Isso se deve ao Marketing e sua disseminação gratuita através das redes sociais, que são espaços que conectam o mundo inteiro nas

mesmas novidades. Posner (2010) afirma que a Moda só existe graças ao Marketing, nos fazendo compreender a importância de uma área da comunicação para a construção e permanência da Moda.

Porém, se a comunicação é importante para que tal setor seja como é atualmente, ela também deve ser apropriada e utilizada como agente de transformação social. Seja através da disseminação de políticas públicas, da utilização das mídias para a conscientização dos consumidores, na abertura de espaços de debates ou como ferramenta para denunciar casos de exploração, como o Índice de Transparência da Moda, que é promovido anualmente pelo Fashion Revolution, desde 2016.

Barbosa (2016), concorda que a imprensa tem muito mais a ver com o período da escravidão e os escravos do que podemos supor. Embora tal afirmação se refira a uma data já passada, podemos compreender que ainda se insere no contexto atual. Para esclarecer melhor tal situação, o jornalista Eduardo Matos (2023), ao ser questionado a respeito do que é considerado relevante para a imprensa - uma vez que pouco se notícia sobre trabalhadores explorados ou *rankings* e pesquisas realizadas pelo governo acerca do tema -, ele explicou que nem sempre é possível dar visibilidade a todos os casos.

E algumas são as razões para isso: por vezes, noticiar sempre casos parecidos pode fazer com que a população deixe de dar importância ao assunto; em outros momentos, os gestores podem considerar que outras pautas são mais importantes, tanto para a opinião pública, quanto para o crescimento do engajamento dos leitores; além, é claro, de muitos casos de denúncias serem removidos ou deixados de lado por pressão das empresas denunciadas. Para esse último, é possível que muitas vezes a notícia de exploração seja matéria, mas logo depois das repercussões iniciais, o jornal opte por não seguir acompanhando o caso.

Tais informações nos mostram que Barbosa (2016) segue tendo razão ao comparar a omissão da comunicação no combate ao trabalho escravo, uma vez que ela, por vezes, representada por veículos de imprensa – e nesse caso mantida por grandes empresas -, também se submete a regras ditadas pelo capitalismo.

Os séculos XIX e XX foram marcados por grandes acontecimentos históricos, no âmbito do trabalho. No decorrer do século XIX, o Brasil vislumbrou o fim da escravidão, através da Lei Áurea, assinada em 1888 pela princesa Isabel. O

dispositivo continha somente dois artigos: o primeiro, que extinguiu toda e qualquer forma de escravidão no país. O segundo, que revogava todas as disposições contrárias. Tal ato, poderia ser visto como uma benfeitoria da princesa, porém, ao acessarmos a história passada, percebemos que tal movimento se deu por dois fatores principais: a necessidade econômica, através das relações internacionais e os movimentos sociais, que lutavam contra a escravidão. Tal luta, inspirada em tantos outros países que aboliram o modelo escravagista muito antes do Brasil, como os países da América Central (1824), Inglaterra e suas colônias (1833), França e suas colônias (1848) e nos EUA (1863)⁴³.

Já no século XX, o Brasil acompanhou outras grandes mudanças: no âmbito econômico, a instalação das indústrias, que vieram para o país tardiamente, se comparado à outras nacionalidades; no âmbito social através da grande quantidade de trabalhadores libertos da escravidão, mas que enfrentavam dificuldades em se inserir no mercado de trabalho e a chegada de muitos imigrantes europeus, principalmente em decorrência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Assim, muitos desses trabalhadores, sejam ex-escravos, sejam imigrantes, encontraram oportunidades de trabalho nas fábricas. Contudo, pela falta de políticas trabalhistas, não havia fiscalização ou sequer direitos estipulados para a defesa do empregado. Assim, as regras de cada empresa eram definidas pelos patrões das mesmas, que eram tidos, também, como os detentores da verdade.

Fato esse que acarretou insatisfação por parte dos empregados fabris, que eram submetidos a cargas horárias exaustivas de trabalho, com remuneração inadequada e insuficiente, ambientes insalubres, condições, por vezes, hostis e violentas – muitas mulheres sofriam assédio em ambientes laborais -. Somando-se a todos esses fatores, o trabalho infantil também era utilizado. Todos os precedentes foram o estopim para o que é considerada a primeira grande greve brasileira, em 1917, em São Paulo. A paralisação contou com a presença de aproximadamente 50 mil operários, que juntos iniciaram um novo capítulo na história do trabalho no Brasil. A partir de tal feito histórico, foram criadas leis de proteção ao trabalhador. Mesmo que em passos lentos e curtos.

43 Lista completa dos países respectivos anos da abolição da escravatura. Disponível em: [https://inpacto.org.br/por-dentro-da-historia-o-processo-de-abolicao-da-escravidao-nos-diferentes-paises/#:~:text=Entre%20eles%2C%20podemos%20destacar%3A%20Rep%C3%BAblica,e%20nos%20EUA%20\(1863\)](https://inpacto.org.br/por-dentro-da-historia-o-processo-de-abolicao-da-escravidao-nos-diferentes-paises/#:~:text=Entre%20eles%2C%20podemos%20destacar%3A%20Rep%C3%BAblica,e%20nos%20EUA%20(1863).). Acesso em 19 de outubro de 2023.

Embora, tanto a Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, quanto a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Ministério do Trabalho e oficialização dos movimentos sindicais, outorgadas pelo ex-presidente Getúlio Vargas, tenham sido construídos com interesses políticos por trás, o sociólogo André Salata (2023), em entrevista, considera que a força da união dos trabalhadores e as pressões sociais foram fundamentais para que hoje nossa sociedade seja como é. Sem os movimentos advindos do povo, na luta pela construção e reivindicação de seus direitos, não teríamos as leis trabalhistas e agentes fiscalizadores.

Desse modo, podemos compreender a importância de valorizarmos as greves e lutas dos trabalhadores que nos antecederam, para que hoje possamos ter nossos direitos regulamentados. E, tal conhecimento, só se faz possível quando nós voltamos ao passado e compreendemos a importância da História pregressa para refletirmos os caminhos possíveis no futuro da nossa sociedade. Principalmente, no que tange a luta por igualdade, justiça e formas de construir uma nação mais ética, sustentável e digna para todos.

Faz-se fundamental, portanto, perceber a importância da comunicação em todos esses momentos: não existe levante trabalhista, greves, negociações, construção de leis, divulgação dos momentos históricos, educação, sem a comunicação. Bem como não existe Moda sem ela.

5.3 A IMPORTÂNCIA DO REFLETIR EM CONJUNTO PARA DESCOBRIR POSSÍVEIS NOVOS CAMINHOS

A partir de todas as pesquisas realizadas e os problemas considerados importantes de serem debatidos em nossa sociedade, como as relações trabalhistas, principalmente através da pejetização e trabalho análogo à escravidão, muito utilizados na indústria têxtil; bem como a sociedade de consumo, que instiga cada vez mais as confecções em larga escala, possibilitando a ampliação das desigualdades sociais, é que vamos abordar o segundo objetivo desta pesquisa que é elencar soluções conjuntas que possam ser tomadas como medidas e cuidados, neste subcapítulo.

Para tanto, uma questão se fez crucial o questionamento, nas entrevistas: como a comunicação pode ser utilizada como ferramenta para combater a escravidão

moderna? Cada respondente deu sua própria explicação e posicionamento, mas todos trouxeram exemplos parecidos.

Primeiramente, cabe ressaltar que o presente estudo não tem como intenção solucionar a problemática abordada, senão o intuito de expandir os debates acerca do tema e refletir de forma multidisciplinar a importância da comunicação para a sociedade, principalmente no que diz respeito à busca pela dignidade de todos e as melhorias das condições trabalhistas. Uma vez que as mazelas da nossa sociedade são profundas e carecem de inúmeras ações para serem resolvidas, não podemos ter a pretensão de solucioná-las em uma breve pesquisa.

Agora, seguindo com as soluções elencadas por nossas entrevistas, podemos perceber sugestões parecidas, mas fundamentais. Como: a utilização dos meios de comunicação para expandir o debate, proporcionando que todos possam conhecer realidades distintas e a responsabilidade de cada um no combate às desigualdades sociais; o fomento à propagação da educação, possibilitando que mais pessoas estejam cientes de seus direitos e possam reconhecer mais facilmente quando estão sendo exploradas; a cobrança para que as empresas sejam mais transparentes e peguem para si a responsabilidade sobre todos que participam de quaisquer etapas produtivas de seus produtos; através da imprensa, divulgar não somente os problemas sociais, mas as pessoas e organizações que já estão agindo de forma ética e na contramão, gerando resultados positivos para o bem comum, como forma de ser exemplo de novas possibilidades econômicas. A seguir, iremos abordar uma a uma.

Para o jornalista Eduardo Matos (2023), a grande imprensa é responsável por compreender seu papel na sociedade, uma vez que ela possui a grande capacidade de disseminar as notícias em pouco tempo e largas proporções. Assim, os veículos de comunicação têm a possibilidade de construir informativos que auxiliem o povo a compreender seus direitos e não só seus deveres. Porém, para Eduardo, somente noticiar os casos de denúncias não é suficiente e, dependendo da quantidade de matérias, pode acabar tendo um efeito contrário: ao invés de a população dar cada vez mais ênfase para a problemática, com o excesso de notícias sobre o assunto, ela pode terminar por naturalizar ainda mais os casos de exploração, deixando de se indignar e apoiar quem luta pelos seus direitos.

Ele afirma que a grande imprensa deve sim ser utilizada como meio de disseminar formas de combate, mas através de notícias que mostrem outras

trajetórias possíveis, como organizações que já fazem uso de Economia Solidária; programas que simplifiquem para a população os seus direitos e como pedir ajuda em casos de necessidade; bem como orientar os sujeitos, de modo geral, a reconhecer quando alguém precisa de suporte, por estar em condições degradantes.

Nesse mesmo caminho, o sociólogo André Salata (2023) concorda que os casos devem ser divulgados, mas que a educação é o caminho principal para uma mudança efetiva. Desse modo, André sugere que a comunicação seja utilizada em prol do ensino, através de estratégias de disseminação de conhecimento, para que mais pessoas possam compreender a realidade atual, mas também como combater a exploração. No que se refere à Moda, sabe-se que é um dos setores que mais fatura devida à alta procura por parte dos consumidores. Portanto, engajá-los a questionarem as empresas é uma boa estratégia, mas que considera importante que a comunicação toque no lado emocional, não somente no racional das pessoas. Isso se deve ao fato de que o ser humano tende a tomar decisões a partir de suas emoções, ainda que possam refletir e pensar racionalmente.

Tais estratégias são muito próximas das já utilizadas por movimentos sociais como o Fashion Revolution, que atua no mundo inteiro e promove espaços de debates e discussões para que todos possam pensar juntos em medidas. Instigando a todos a questionarem de suas marcas favoritas perguntas como: quem fez minhas roupas? Em que condições minhas roupas foram feitas? Onde foram feitas minhas roupas?

Com o passar dos anos, o movimento foi se ampliando e arrecadando novos ativistas. Assim, o Fashion Revolution questiona sobre toda a cadeia produtiva, valorizando cada profissional existente na Moda. E de uma maneira simples: com “placas” e imagens. Ou seja, marcas e trabalhadores que lutam por uma Moda mais ética e justa, podem imprimir as placas com dizeres como “eu fiz suas roupas”, “eu estampeei sua roupa”, “eu fiz seu sapato”, “eu costurei sua roupa”, entre tantos outros, fazerem uma fotografia dos profissionais segurando as placas e disponibilizando nas mídias digitais. Esse é um modelo simples, mas que valoriza cada trabalhador, tornando-o protagonista nos processos de produção e mostrando aos consumidores que cada peça comprada, passou pelas mãos de inúmeros seres humanos.

Em tal caminho, a cooperativista Nelsa Nespolo (2023), nos apresenta, na prática, trajetórias possíveis de tornar a Moda um espaço sustentável e que respeita a todos. A presidente das cooperativas Univens e Justa Trama, nos falou sobre a

importância da economia solidária, que ainda tem muito a se desenvolver. E que através dos resultados obtidos nas duas cooperativas, no que se refere ao número de trabalhadores envolvidos em toda a produção, espalhada em cinco estados brasileiros, é possível percebermos que dá sim para produzir em conjunto e garantir uma vida digna a todos, desde que os lucros não sejam o fator principal de trabalho.

Ao ser questionada sobre a importância dos sindicatos, Nelsa afirmou que eles são imprescindíveis para a construção de uma sociedade digna para todas as pessoas. Uma vez que são eles que dão voz aos trabalhadores e lutam por melhorias nas condições trabalhistas, além de buscarem formas conjuntas de tornar a sociedade um espaço melhor. Ela também contou que o apoio sindical foi de grande importância para a fundação de sua primeira cooperativa, a Univens. Que atua como produtora têxtil, empregando mulheres e permitindo que todas tenham voz nas decisões da organização, promovendo a igualdade entre elas.

Ao ser questionada sobre os desafios da cooperativa, no que se refere à liderança, Nelsa foi enfática ao dizer que existem, sim, conflitos. Mas que eles permitem o amadurecimento não somente da cooperativa, mas das relações humanas. São tais divergências que possibilitam que todos possam desenvolver um olhar mais solidário uns com os outros, em prol do bem comum. E que conflitos de interesse existem em todos os lugares, a diferença é que dentro da economia solidária ninguém lucra às custas da exploração alheia.

Por fim, podemos compreender que as possibilidades existem e, em muitos aspectos, já estão sendo implementados. Mas ainda assim, temos um longo caminho pela frente como sociedade, para garantir condições dignas para todas as pessoas.

5.4 INFERÊNCIAS DA PESQUISADORA

No decorrer de toda a presente pesquisa, tivemos como objetivos apontar caminhos possíveis para o combate à escravidão contemporânea através da Comunicação e refletir o papel que a comunicação pode ocupar nesse diálogo, orientando o mercado nesse processo.

Foi possível compreendermos, através da História, de que formas as relações trabalhistas e escravagistas aconteceram no passar dos séculos, bem como as

mudanças nesse campo foram se estabelecendo a partir das mudanças político-sociais de cada período.

Também, pudemos compreender um pouco mais a história do vestuário e importância das roupas em cada período. Desde os tempos antigos, em que elas foram utilizadas por longos anos, na sociedade ocidental, como modo de apresentar a posição social de cada indivíduo, assim como sua função econômica naquele determinado local. Também, estudamos mais sobre o desenvolvimento do conceito de Moda, a partir do século XV e sua ascensão na França, com os desígnios do rei Luís XIV, conhecido como rei-sol.

E foi, a partir da apropriação da Moda, que o rei manteve a França como uma forte potência econômica. De tal forma que, ainda nos dias atuais, mantemos as práticas que foram criadas por Luís XIV naquele período. Como as coleções sazonais de primavera-verão e outono-inverno, a apresentação das tendências nos jornais, contemplando looks completos para homens e mulheres, em diversas ocasiões; assim como a estruturação do mercado têxtil, buscando ótimas matérias-primas para a confecção dos produtos; entendendo a força do setor para a economia e impulsionando as vendas, através da propaganda. Para essa última, o rei também se apropriava de sua imagem para gerar desejo nos consumidores, a cada vez que utilizava uma peça nova ou elemento novo na composição do seu *look*.

Tal fato, mostra-nos que embora a Moda só possa acontecer em locais onde a novidade é permitida – o que quer dizer, somente em sociedades cujas culturas são mais flexíveis -, como nos explica Lipovetsky (1989), também podemos ver as relações de imitação e distinção, trazidas por Tarde (1890). A Moda sempre foi sobre pertencimento, expressão, status e, muitas vezes, poder.

Assim, se hoje a nossa sociedade é consumista e busca a Moda e as tendências como nunca antes, muito disso é um reflexo do que Luís XIV semeou na sociedade europeia durante o seu reinado. E vale ressaltar que, embora pareça um salto histórico quando abordamos o reinado do rei-sol e os dias atuais, não o é. Uma vez que Luís XIV governou a França durante o período Brasil colônia, momento esse em que o Brasil não possuiu grandes avanços sociais e fazia, ainda, parte do reino de Portugal. Desse modo, toda a cultura e moda vistos aqui foram uma reprodução do que existia na Europa. Essa relação se deu por longos anos, tendo uma modificação somente a

partir do século XX, onde o Brasil começa a construir seus próprios costumes, cultura e moda como nação independente.

Apesar disso, a sensação de um salto histórico, tanto na construção da Moda no Brasil, como da história do trabalho e a construção de políticas no país, deve nos fazer refletir sobre os impactos de pertencermos a uma sociedade, cuja identidade é tão recente e, talvez, ainda esteja sendo construída.

Desse modo, entender melhor os conceitos de trabalho, vestuário e moda no passar dos anos, permite-nos compreender melhor as raízes das desigualdades existentes nos dias atuais, para que possamos elencar soluções possíveis.

A partir das entrevistas, foi possível compreender, também, que a comunicação pode ser um agente fundamental no combate à exploração trabalhista e que existem, sim, inúmeras maneiras de utilizá-la visando a melhoria da nossa sociedade, principalmente no que tange a área têxtil.

Assim, foi percebida a importância da construção de um diálogo multidisciplinar para a construção de caminhos possíveis, com a finalidade de tornar a Moda mais ética, transparente e justa para todos. Uma vez que ela, através do vestuário, é fator relevante não só para a economia, mas para o indivíduo, enaltecendo as particularidades de cada um, como sua personalidade, elementos que o tornam únicos e pertencentes a tribos, ao mesmo tempo.

A roupa segue sendo, por sua vez, um dispositivo que perdura no inconsciente coletivo (Jung, 1976) e dá sentido a códigos do vestir na sociedade. Por exemplo, a roupa faz parte das relações sociais, ainda que não existam regras escritas, como: o vestuário adequado para ocasiões fúnebres, para frequentar à Igreja, para ir a um tribunal, entre outros.

Isso nos permite entender que, tanto a moda quanto o vestuário continuam sendo fundamentais e pertencentes ao nosso cotidiano, ainda que não percebamos. Do mesmo modo que na sociedade de consumo (Baudrillard, 1995), com a revolução tecnológica e a ampliação do Marketing de Moda (Posner, 2010), vemos o setor têxtil cada vez maior e com uma produtividade em crescimento.

Para tanto, devemos questionar como as relações de trabalho acontecem em um setor tão importante, não somente para a economia. Refletir em que condições a Moda é produzida e como combater todo e qualquer tipo de exploração são cruciais para garantirmos as melhorias de nossa sociedade, tornando-a justa e ética. Com o

intuito de construir um futuro melhor para todos os seres humanos, em todos os âmbitos da vida, a Organização das Nações Unidas (ONU), divulgou, em 2015, os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Sendo o oitavo objetivo voltado para o desenvolvimento de condições decentes de trabalho e crescimento econômico. Assim, foram elencadas inúmeras metas que devem ser atingidas até o ano de 2030. Assim, considera-se importante que todos façam sua parte, com a finalidade de promover o respeito e dignidade entre todos os cidadãos do planeta.

Desse modo, o presente trabalho trouxe como problema o seguinte questionamento: de que forma a comunicação pode ser uma articuladora no combate à escravidão moderna na Indústria da Moda? Por fim, podemos compreender que a comunicação é uma grande aliada do combate à exploração do trabalho, podendo, ela, ser considerada como a base da disseminação de tudo: seja do conhecimento, dos problemas sociais, das leis, dos direitos. Assim como é através dela que a Moda acontece, suas tendências e novidades. Absolutamente tudo precisa da comunicação.

Sendo assim, foram elencados caminhos possíveis de combate ao trabalho análogo à escravidão na indústria da Moda por meio da comunicação: desenvolvimento de campanhas que impactem emocionalmente os consumidores, com a finalidade de conscientizá-los sobre a imensidão da cadeia produtiva têxtil, bem como a quantidade de trabalhadores necessários para a produção de uma única peça de roupa. Uma vez que nem todos reconhecem os casos de exploração existentes na confecção de Moda.

Promover, através dos meios de comunicação de massa, programas, campanhas e demais produções com o objetivo de ensinar a população, de forma simplificada, os seus direitos. Como, também, deixar explícito como as denúncias podem ser feitas e a importância dos órgãos de fiscalização.

Também, disseminar práticas já existentes relacionadas à economia solidária e a modelos de produtividade que já existem valorizam a todos. Como forma de difundir os exemplos e ampliar a visão de todos sobre as possibilidades de se construir uma sociedade melhor. Também, divulgar exemplos de grandes indústrias que remodelaram suas práticas de produção, para garantir o bem comum de todos os empregados.

Em síntese, a comunicação permite que além dessas, inúmeras outras ações possam ser implementadas, como a criação de selos, para que todas as marcas que se adequem às condições possam utilizar, por exemplo. Pelo fato de ela ser presente em todos as esferas e relações, a comunicação é sim um agente de mudança e melhorias na sociedade como um todo. Além disso, é importante ressaltar a importância do profissional de Comunicação para as possíveis transformações no mundo. Comunicadores esses que devem se preocupar com a ética organizacional, promovendo a disseminação de sua importância, bem como auxiliando na construção de campanhas que promovam relações trabalhistas dignas, seguras e responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho quis mostrar como a comunicação pode ser importante para a construção de uma sociedade mais justa e digna para todos, combatendo o trabalho análogo à escravidão na Moda, particularmente no vestuário. Por se tratar de um dos maiores setores do planeta, a indústria têxtil utiliza em boa parte de suas etapas de produção a terceirização da mão-de-obra. Podendo acontecer de duas maneiras principais: através da pejetização e da quarteirização.

A pejetização é o termo que designa quando o próprio trabalhador oferece seus serviços através de um CPNJ, que, no Brasil, na grande parte das vezes se configura como Microempreendedor Individual (MEI). O grande desafio nesse modelo, é que na sociedade de consumo há uma romantização do excesso de trabalho, percebido em *slogans* como “trabalhe enquanto eles dormem”, “seja seu próprio chefe e viva uma vida milionária”. Tais preceitos são muito impulsionados pelo sistema capitalista, uma vez que o custo gerado por um funcionário, em termos de impostos, é um dos fatores considerados negativos por grandes empresários e parte dos políticos.

Foi por esse discurso, que a Reforma Trabalhista, em 2017, foi realizada pelo ex-presidente Michel Temer e seus apoiadores. A Reforma, além de modificar cláusulas do dispositivo da CLT, modificou também a Lei da Terceirização, passando a permitir a terceirização em atividades-fim. Anteriormente, as empresas só poderiam contratar serviços terceirizados para atividades-meio, como limpeza, serviços gerais, administrativos, por exemplo. A partir desse período, o número de terceirizações cresceu consideravelmente, fato que é alarmante, pois segundo dados do Ministério Público do Trabalho, cerca de 90% dos trabalhos análogos à escravidão advém de terceirizações.

A pejetização, apesar de parecer uma boa oportunidade aos olhos de muitos, carrega consigo um lado obscuro: a impossibilidade da fiscalização trabalhista, uma vez que não é possível que os órgãos fiscalizadores digam para o indivíduo que ele está se auto explorando. E essa realidade é possível, uma vez que a sociedade de consumo exige cada vez mais a produtividade de todos, bem como a oferta constante de produtos para serem consumidos. Tudo isso através dos avanços tecnológicos, meios de comunicação – como as redes sociais - e o fortalecimento do Marketing e anúncios publicitários. Somado a isso, a memória histórica de nossa sociedade que foi desenvolvida sob relações de exploração dos escravos, construindo um

inconsciente coletivo (Jung, 1976) que nem sempre consegue compreender os seus direitos trabalhistas. Como consequência, vivemos em uma sociedade do cansaço (Han, 2015), em que as pessoas buscam produzir incansavelmente, para dar conta de uma realidade imposta pelo capitalismo.

Já o modelo de terceirização entre empresas ocorre quando uma marca contrata uma empresa para ser responsável por confeccionar suas coleções. Em alguns casos, a empresa terceirizada, por não dar conta de toda a demanda necessária, contrata uma outra empresa, situação que se configura no que chamamos de quarteirização.

Na indústria têxtil, esse formato de quarteirização é um dos mais perversos, pois são nessas relações que a maioria dos casos de exploração acontecem. Uma vez que as marcas não se sentem responsáveis pelos processos produtivos, tampouco as condições laborais dos trabalhadores que atuam nas organizações terceirizadas, os modelos de escravidão moderna acabam tendo uma força ainda maior. Isso se deve ao fato de que as empresas quarteirizadas cobram um valor baixo pela produção das peças. Em situações como essa, os empregados recebem um valor muito baixo pelo seu trabalho, além de estarem submetidos a outros problemas comuns em facções clandestinas, como: assédio moral, violência, ameaça e cárcere, muitas vezes.

Outro ponto importante de ser considerado, é que a Moda não se dá apenas nos produtos disponíveis nas vitrines, ela vai além. Ao fazer parte da indústria têxtil, ela depende de inúmeras etapas de produção para existir, começando na plantação das sementes que darão origem ao fio têxtil, por exemplo. Essa cadeia produtiva é enorme e atua nos três setores econômicos: primário, através da produção de matéria-prima; secundário, através das indústrias; e terciário, através da venda de produtos e serviços. Portanto, rastrear todas essas etapas se torna um processo ainda mais desafiador para os órgãos fiscalizadores. Esse é mais um dos motivos da importância de a comunicação ser uma aliada no combate da escravidão moderna.

Essa é uma cadeia complexa, que lucra bilhões todos os anos e movimenta milhares de pessoas por dia. A sociedade de consumo é, também, grande causadora desses modelos exploratórios. Além disso, a Comunicação é uma das grandes responsáveis por tornar a Moda o que ela é, uma vez que não existe venda, lançamentos, divulgação de novidades, criação de tendências sem ela. Assim, se a

Comunicação possui grande contribuição para a sociedade capitalista que vivenciamos hoje, devemos, então, questionar de que modo ela deve ser utilizada para combater as mazelas encontradas nas engrenagens desse grande modelo econômico.

Para tanto, a questão principal deste trabalho é: de que forma a comunicação pode ser uma articuladora no combate à escravidão moderna na Indústria da Moda? Assim, o presente estudo visou apontar caminhos possíveis para o combate à escravidão contemporânea através da Comunicação; investigar a percepção de especialistas, sobre a temática; elencar soluções conjuntas que possam ser tomadas como medidas e cuidados e refletir o papel que a comunicação pode ocupar nesse diálogo, orientando o mercado nesse processo.

Desse modo, para que os objetivos pudessem ser discutidos e a problemática inicial respondida, o estudo se debruçou em dois grandes capítulos teóricos a respeito do Trabalho e a Moda, compreendendo a construção de ambos os conceitos no decorrer dos séculos até os dias atuais. Com a intenção de compreender a História, para entender como a sociedade se tornou o que é nos dias de hoje. Bem como compreender, ao longo dos séculos, a relevância do vestuário e da Moda para as sociedades.

A partir de toda a busca histórica, é possível compreender que a roupa sempre possuiu um papel fundamental para as sociedades, uma vez que ela era utilizada para apresentar a todos a função social de cada um. Assim, ainda que em períodos anteriores à existência da Moda, é possível compreender que o vestuário sempre foi tido como relevante para as sociedades, como forma de demonstrar poder e riqueza. Exemplo disso, na Roma antiga, somente o imperador e sua esposa poderiam utilizar a cor púrpura, uma vez que ela era de difícil extração. Portanto, por ser considerado raro, tal pigmento só poderia ser usado pelo soberano, com a intenção de demonstrar poder e se distinguir dos demais.

Agora, dando um salto no tempo, foi na França de Luís XIV que a Moda se tornou o que é hoje. Com as modificações dos modelos sociais e econômicos, abriu-se a possibilidade de que as tendências pudessem existir a partir das novidades. O monarca percebeu na Moda, através do vestuário, uma forma de impulsionar a economia do seu reino e fortalecer sua política. Com isso, as primeiras divulgações de coleções sazonais, como outono-inverno e primavera-verão passaram a ser

lançadas. Também, o fortalecimento da indústria como um todo, desde o plantio, passando pela produção têxtil, desenvolvimento das coleções e lançamento das tendências.

Assim, para compreender melhor a importância da Moda, as mazelas da sociedade de consumo e os novos modelos de exploração do trabalho, a pesquisa contou com a técnica de entrevista em profundidade com cinco profissionais de diferentes áreas. Eles permitiram ampliar os horizontes sobre cada temática e entender ainda mais de que formas a comunicação pode contribuir para o combate do trabalho análogo à escravidão na indústria têxtil.

A partir de tais estudos e compreensões, foram elencadas possibilidades de atuação no campo na comunicação, com objetivo de disseminar conhecimentos para a população sobre seus direitos e como podem se proteger de situações de exploração, através de campanhas fáceis de compreender e que possam ser amplamente divulgadas pelas grandes empresas de comunicação de massa. Também, foi possível perceber a relevância de conduzir os consumidores a refletirem sobre seus papéis no combate à escravidão moderna na Moda, uma vez que o setor se faz importante não somente para a economia, mas também para o indivíduo, como um dispositivo social.

Por fim, a reflexão sobre a relevância de divulgar as práticas já realizadas por grandes marcas, cooperativas e até empresas de economia solidária, para ampliar os horizontes de todos, ao jogar luzes em possibilidades diversas e que funcionam. Ressaltando a importância de profissionais de Comunicação engajados no fortalecimento da ética dentro das organizações, através de um olhar que respeite a todos, não somente os públicos internos, mas todos aqueles que estão envolvidos direta ou indiretamente com a organização.

Além disso, a comunicação é a base de tudo, somente através dela são possíveis as negociações, a educação, o desenvolvimento de práticas que possam contribuir com a humanidade, os debates. Desse modo, o papel do comunicador é imprescindível, uma vez que sua atuação se estende a esses e tantos outros caminhos. Também, faz-se necessário lembrar que a busca por novos caminhos de combate aos modelos trabalhistas exploratórios, comuns na indústria da moda, devem ser uma responsabilidade de todos. Não somente como consumidores e/ou

profissionais, mas devemos refletir como seres humanos em busca de uma sociedade digna para todas as pessoas.

A partir de todas as discussões trazidas no presente trabalho, percebe-se a relevância da temática em nossa sociedade atual, bem como a expansão dessa discussão para outros campos do saber, como: a ética nas organizações; a Educação como base da sociedade e agente de transformação; a sustentabilidade na Indústria Têxtil; economia solidária como possibilidade de futuro. Além, é claro, de muitos outros caminhos de estudos que podem surgir a partir deste trabalho. Como maneiras de tornar as relações humanas mais importantes do que o lucro.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Vida Privada e Ordem Privada no Império**: História da vida privada no Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.

ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. **Toda a História**: história geral e história do Brasil. 4 ed. São Paulo: Ática, 1996.

Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Alvará de 1808 que autoriza as fábricas e manufaturas no Brasil. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3675&catid=145&Itemid=279#_ftn6. Acesso em 12 de novembro de 2023.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. São Paulo: Rocco, 1990.

BARBOSA, Marialva. **Escravos e o mundo da comunicação**: oralidade, leitura e escrita no século XIX. 1 edição. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2016.

BEZERRA, Juliana. **Industrialização no Brasil**. Toda a Matéria. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/industrializacao-no-brasil/#:~:text=A%20industrializa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil%20foi,Real%20ao%20Brasil%2C%20em%201808>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **A História da Justiça do Trabalho**. Tribunal Superior do Trabalho. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/historia-da-justica-do-trabalho/#:~:text=A%20instala%C3%A7%C3%A3o%20do%20TST%20se,inclusive%20com%20a%20representa%C3%A7%C3%A3o%20classista>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

BRASIL, Lei 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei n o 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Diário oficial da União, Brasília, DF, 2017.

BRASIL, Lei 6019, de 03 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1974.

BRASIL, Lista suja das empresas envolvidas em uso de mão de obra análoga à escrava. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, DF, atualizada em 05 de outubro de 2023. Disponível em https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf. Acesso em 15 de out de 2023.

BRASIL, PL 861/23, de março de 2023. Altera a Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para determinar que, em caso de terceirização, a contratante seja responsável por impedir que trabalhadores sejam submetidos a condições análogas à de escravo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2023.

BRASIL, Portal da Inspeção do Trabalho, Ministério do Trabalho. Brasília, DF. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em 10 de out de 2023.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: Séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano**. 3º volume. Turim: eunaudi, 1982.

CALANCA, Daniela. **História Social da Moda**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Senac, 2011.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta ao Rei D. Manuel**. Disponível em: https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

CAMPOS, Mateus. **Trabalho Escravo no Brasil Atual**. Revista Mundo Educação. Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/trabalho-escravo-no-brasil-atual.htm>. Acesso em 14 de out de 2023.

COSTA, P. R. **A sociedade enquanto duelo de imitações**. Uma releitura de Tarde, G. (1978 [1890]). As leis da imitação [resenha]. Porto: Rés Editora. Revista Ciências Humanas, [S. l.], v. 14, n. 2, 2021. DOI: 10.32813/2179-1120.2121.v14.n2.a792. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/792>. Acesso em: 19 out. 2023.

DE MASI, Domênico. **O trabalho no século XXI: Fadiga, ócio e criatividade na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Sextante, 2022

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio et al. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo, SP: editora Atlas, 2011.

ESTOU ME GUARDANDO PARA QUANDO O CARVANAL CHEGAR. Direção de Marcelo Gomes. Recife, PE: Rec Produtores, Misti Filmes e Carnaval Filmes, 2019.

FASHION REVOLUTION. **Uma década do desabamento do Rana Plaza: ainda precisamos perguntar quem fez nossas roupas?** Revista Carta Capital. Brasil: editora Basset, 2023.

FASHION REVOLUTION. **Fashion Revolution Brazil**. Disponível em: <https://www.fashionrevolution.org/south-america/brazil/>. Acesso em: 05 de out de 2023.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Livro 1: A vontade de saber. 17. ed. v. 1. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GENEBRA: OMS, 2002. ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: editora Atlas, 2002.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica - O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte, MG: editora Âyiné, 2020.

JUNG, Carl. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução: Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JUSTINIANO. **Corpus iuris civilis: digesto: livro I**. Equipe responsável: coordenação e tradução Edilson Alckmin Cunha; Antônio Augusto Catão Alves [et al]. Brasília, DF: TRF1, ESMAF, 2010.

LAVER, James. **A Roupas e a Moda: uma história concisa**. Tradução Glória Maria de Mello Carvalho. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do efêmero: a moda e seus destinos na sociedade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LUGULLO, Marise. **Reforma Sindical: Como surgiu o movimento sindical no país**. Rádio Câmara, 2005. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/255294-reforma-sindical-como-surgiu-o-movimento-sindical-no-pais-03-21/#:~:text=Tudo%20come%C3%A7ou%20em%201931%2C%20com,at%C3%A9%20hoje%20mant%C3%A9m%20suas%20marcas>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

MEDRADO, Gezio Duarte; DURÃES, Ivan de Oliveira. Revista Teológica, Ano 13, Nº 14, 2023. São Paulo, SP.

MPT assina TAC com vinícolas no caso de Bento Gonçalves. Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://www.prt4.mpt.mp.br/procuradorias/ptm-caxias-do-sul/11825-mpt-assina-tac-com-vinícolas-no-caso-de-bento-goncalves>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

NASCIMENTO, Arthur Braga; PÓVOA, Zoe. **Com crescimento do mercado de moda, surgem oportunidades para empreender**. Revista Valor Investe. São Paulo, SP: Editora Globo, 2021. Disponível em <https://valorinveste.globo.com/blogs/seu-negocio/post/2021/08/com-crescimento-do-mercado-de-moda-surgem-oportunidades-para-empreender.ghtml>. Acesso em 15 de out de 2023.

OLIVEIRA, José Carlos. **Brasil bate recorde de trabalho escravo e deputados sugerem propostas, força-tarefa e até CPI.** Agência Câmara de Notícias. Brasília, DF, 2023.

Organização das Nações Unidas. Disponível em: ONU: <https://www.un.org/en/about-us/un-system>. Acesso em: 15 de nov de 2023

Por dentro da história: o processo de abolição da escravidão nos diferentes países. InPacto, SP, 2021. Disponível em: [https://inpacto.org.br/por-dentro-da-historia-o-processo-de-abolicao-da-escravidao-nos-diferentes-paises/#:~:text=Entre%20eles%2C%20podemos%20destacar%3A%20Rep%C3%BAblica,e%20nos%20EUA%20\(1863\)](https://inpacto.org.br/por-dentro-da-historia-o-processo-de-abolicao-da-escravidao-nos-diferentes-paises/#:~:text=Entre%20eles%2C%20podemos%20destacar%3A%20Rep%C3%BAblica,e%20nos%20EUA%20(1863)). Acesso: em 19 de out de 2023.

SIONEK, Rafaela. **Contrato de Trabalho Temporário: como funciona?** Disponível em: CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO: Como funciona?. Acesso em 11 de set de 2023.

Terceirização precariza as relações de trabalho no país, afirmam participantes de audiência pública. Agência Senado. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/08/09/terceirizacao-precariza-as-relacoes-de-trabalho-no-pais-afirmam-participantes-de-audiencia-publica>. Acesso em: 10 de out de 2023.

TRABALHO. In: Etimologia. Benjamin Veschi, 2019. Disponível em: <https://etimologia.com.br/trabalho/> Acesso em: 9 de set de 2023.

TRABALHO. In: Michaleis. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/trabalho/> Acesso em: 9 de set de 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Especial Trabalho Temporário: oportunidade em tempos de desafios. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/trabalho-temporario>. Acesso em 10 de set de 2023.

WESTIN, Ricardo. **Há 100 anos, greve geral parou São Paulo.** Agência Senado, 2017. Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3675&catid=145&Itemid=279#_ftn6. Acesso em 12 de novembro de 2023.

APÊNDICE

Nesta seção, são apresentados os roteiros utilizados para cada uma das entrevistas. Ao lado das perguntas é possível ver a escrita “explorar”, que indica que a pesquisadora seguiu questionando e explorando o assunto, de acordo com as respostas, com a finalidade de tornar o diálogo fluido, além de aproveitar todo o conhecimento e vivência compartilhada pelos entrevistados.

Para tanto, optou-se pela não transcrição das entrevistas, uma vez que as conversas ocorreram em um período de tempo considerável, tendo cerca de quarenta minutos de duração. Desse modo, diante do curto período de tempo para a finalização do estudo, foi importante decidir por somente apresentar os roteiros.

8.1 Roteiro para a entrevista com o sociólogo, André Ricardo Salata

- 1) Início explicando sobre a pesquisa, como fiz o primeiro capítulo e se essa é uma área de estudo dele.
- 2) A abolição da escravatura, pelo menos no Brasil, aconteceu muito por pressão e uma necessidade capitalista. Em que sentido a sociedade que vivemos hoje e as relações de trabalho atuais podem ser um reflexo do passado?
- 3) Em 2023 estamos vivendo um número mais elevado de casos de escravidão. Então aqui quero desdobrar em duas perguntas: por que as pessoas são vítimas? E, se fossemos pensar em um prognóstico, como as políticas públicas poderiam impedir a possibilidade de casos assim?
- 4) Tens sugestão de combate através da comunicação?

8.2: Roteiro para a entrevista com o jornalista Eduardo Matos

Bom dia, Eduardo! Tudo bem?

Antes de mais nada quero te agradecer por ter topado fazer ser entrevistado. Pra mim esse trabalho é bastante importante e te ouvir vai ser fundamental pra entender ainda mais a importância da comunicação, como agente de transformação.

O tema do meu TCC é sobre o trabalho análogo à escravidão na indústria da moda: caminhos possíveis de combate através da comunicação.

- 1) No começo desse ano nós tivemos os casos de escravidão nas vinícolas. Logo depois outro caso no Lollapalooza, que não recebeu muita divulgação e não teve tanto impacto. Claro, como futura Relações Públicas, acredito que esse segundo caso tenha recebido uma boa gestão de crise, antes de prejudicar o evento e sua imagem. Mas de qualquer forma, virou manchete.
- 2) Sempre ouvimos debates relacionados à importância do jornalismo para a opinião pública. De fato, buscar fontes seguras de informação é essencial, ainda mais nos dias de hoje. É inegável que a comunicação impacta a sociedade como um todo. Então como dar visibilidade para uma reportagem? Isso é algo que acontece naturalmente ou pode ter a ver com a busca pelo “furo de reportagem” entre os profissionais, gerando uma visibilidade maior pra notícia?
- 3) Na tua trajetória no TST, como tu enxerga a importância da comunicação no setor público?
- 4) Existe um movimento global que visa tornar a indústria da moda mais ética e transparente, é o Fashion Revolution. Já ouviu falar?
- 5) Esse movimento é todo pautado na comunicação. Então o grupo de fundadores, ao pensarem em estratégias de como impactar as pessoas se deu conta do seguinte: mais do que ir em cima das marcas, é importante conscientizar a população. Ainda que de uma forma mínima, porque a gente sabe que ninguém vai deixar de consumir moda. Então a campanha Quem fez minhas roupas? Foi lançada. O intuito é fazer com que os consumidores questionem suas marcas favoritas, em busca de conhecer quem são as pessoas que fazem suas peças, em que locais e condições elas são produzidas.
- 6) Tu enxergas outras formas de dar visibilidade para o combate ao trabalho análogo ao escravo? Não somente na indústria têxtil, claro.

8.3: Roteiro para a entrevista com a ex-trabalhadora da indústria têxtil Maria da Silva

- 1) Como foi tua experiência trabalhista na empresa denunciada?
- 2) Como era o dia a dia de trabalho no local?
- 3) A fiscalização realizada na empresa, que acarretou sua falência, se deu por qual motivo?
- 4) Como ficaram os trabalhadores que não possuíam vínculo empregatício (CLT)?

8.4: Roteiro para a entrevista com o advogado trabalhista Thomaz Bergman

- 1) Na tua experiência o que é o trabalho?
- 2) Historicamente, como se deu a construção do conceito de trabalho?
- 3) Qual a representação do trabalho nos dias de hoje? Qual lugar ele ocupa na sociedade de consumo?
- 4) Nós tivemos o caso de trabalho análogo à escravidão nas vinícolas, no começo do ano. Elas sofreram boicotes, tiveram de pagar em torno de 7 milhões de indenizações, ficaram mais de um mês suspensas da Apex Brasil. Além disso, a partir desse caso, o deputado estadual André Figueiredo pede uma alteração na lei 6019, de 3 de janeiro de 1974. Tu acreditas que haja algum motivo para alguns casos mobilizarem mais que outros?
- 5) Sobre as mudanças relacionadas à Lei das Terceirizações (13.467/2017), pelo Michel Temer. Como ela impactou na vida do trabalhador?
- 6) Como a gente pode refletir caminhos de combater o trabalho análogo à escravidão?

8.5: Roteiro para a entrevista com a líder cooperativista Nelsa Nespolo

Quantas profissionais atuam na cooperativa hoje?

Como funciona a liderança na Univens e na Justa Trama: existe uma hierarquia ou todas tem o mesmo poder de decisão?

As parcerias com outros profissionais, como os agricultores de fora do Rio Grande do Sul, como surgiram?

Qual tua visão sobre a sociedade de consumo e a moda nos dias atuais?

E o trabalho escravo da indústria têxtil, acha que existem meios de combatermos?
Para ti, qual a importância dos sindicatos?

ANEXO

Figura 1 – imagem dos trabalhadores nas ruas de São Paulo, em 1917. Na imagem é possível ver a como a primeira grande greve do Brasil aconteceu, podendo considerar a fotografia como um documento histórico de nossa sociedade.



Fonte: Edgard Leuenroth/IFCH/Unicamp. Retirada da Agência Senado.

Figura 2 - Ilustração criada pela pesquisadora para exemplificar os principais momentos da história do Brasil, entre o início do século XIX até o início do século XXI. No que tange a construção das políticas e leis relacionadas ao trabalho no país.

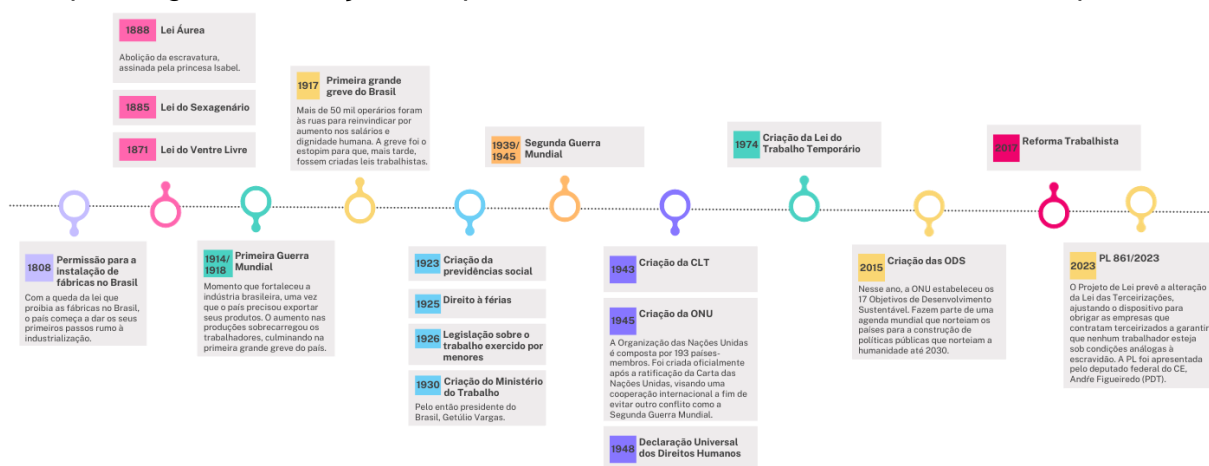


Figura 3 – a imagem é de momentos após a queda do prédio Rana Plaza, na capital Daca, em Bangladesh, em abril de 2013. O prédio possuía andares e desabou logo no começo da manhã, matando mais de mil pessoas e deixando mais de dois mil feridos. Sendo a grande maioria deles, mulheres e crianças que trabalhavam nas fábricas têxteis instaladas no prédio, através de trabalho análogo à escravidão.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação e Educação Continuada
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br